

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano IX • Número 67

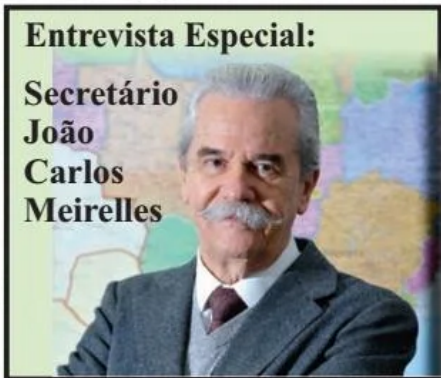
**ISS vai reforçar o
caixa das Prefeituras**

Atenção Prefeitos: não percam o prazo!



Entrevista Especial:

**Secretário
João
Carlos
Meirelles**



**Amor pela
bandeira
para
retomar o
patriotismo**



**Nova sede da APM, a
Casa dos Municípios**



**Em 2016, for
5.727 aciden
no Estado de**

**Juntos, vamos mud
objetivo é reduzir
com vítimas fatais.¹
primeiro passo.**

1 em cada 4
**vítimas
é jovem**
com idade entre
18 e 24 anos*

54%
**em vias
municipais***

30%
**envolveram
motociclistas***



**am registrados
tes com vítimas fatais
São Paulo.**

**ar essa realidade. Até 2020, nosso
pela metade o número de acidentes
Conhecer a fundo o problema é o**



**Mais da
metade
entre 18h e
6h da manhã***

*Fonte: INFOSIGA-SP

INFOSIGA SP

**Sistema de Informações Gerenciais de
Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo**

Com base nos dados do INFOSIGA-SP, o primeiro e mais completo sistema de dados sobre acidentes de trânsito do Brasil, o Governo do Estado de São Paulo disponibiliza mensalmente um relatório com indicadores sobre o perfil dos acidentes de trânsito nos 645 municípios do estado. O relatório reúne dados como faixa etária, gênero da vítima, tipo de veículo envolvido e período do acidente.

A metodologia para gestão dos dados é inédita no País. O cálculo das estatísticas relativas a óbitos no trânsito se baseia na triagem e tabulação de boletins de ocorrência da Polícia Civil do Estado de São Paulo (RDO). Já o levantamento das estatísticas referentes a acidentes de trânsito com vítimas, baseia-se em informações recebidas pela Polícia Militar (SIOPM) e Polícia Rodoviária Federal.

Com informações sempre atualizadas, o Governo do Estado articula ações com as diversas secretarias para elaboração de políticas públicas de prevenção a acidentes, celebra convênios com municípios para realização de intervenções locais de prevenção e também desenvolve campanhas para conscientizar motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres sobre o tema.

¹ Meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a "Década de Ação pela Segurança no Trânsito", de 2011 a 2020.

**Esse é o caminho para
um trânsito mais seguro.**

Conheça mais. Acesse:
www.infosiga.sp.gov.br

**MOVIMENTO
PAULISTA DE
SEGURANÇA
NO TRÂNSITO**

 **detran.sp**

 **GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO**



NOVOS TEMPOS

A derrubada do Veto ao artigo da Lei do ISSQN, trabalhada e defendida pela CNM e apoiada pela APM, que estabeleceu que o Imposto incidente sobre operações de cartões de crédito, leasing bancário, seguros e vários outros serviços adicionados à lista, serão recolhidos pelo município onde se realizou a operação de crédito, caracterizou-se como grande conquista do movimento municipalista, e também estabeleceu uma justiça tributária.

Nesta edição, abordamos a matéria, alertando os Prefeitos sobre a necessidade imediata do estabelecimento e adequação da legislação, através de Lei própria, seus prazos fatais, e consequências que advirão da omissão.

Conversamos também com o Dr Marcelo Braga Nascimento, sobre sua cruzada em favor da chama patriótica que deve ser acesa em todos os brasileiros, através do culto à nossa bandeira e aos valores históricos que nos unem em favor da construção de um futuro, onde a esperança seja o maior combustível, aliada ao patriotismo.

Entrevistamos o Secretário João Carlos Meirelles, que além de



Carlos Cruz
Presidente da APM

discorrer sobre os desafios de sua Pasta, aborda também aspectos relevantes de sua longa, honrada e profícua vida pública.

Por fim, damos notícia de nosso novo endereço, onde a APM se instalou, sem ter feito qualquer tipo de investimento, sendo tudo possível através de parcerias, que nos possibilitou disponibilizar aos nossos associados, sem ter gasto um centavo sequer, um endereço em São Paulo, dotado de toda a estrutura para se caracterizar como a “Casa dos Municípios”, onde os agentes públicos municipais estarão e se sentirão em “Casa”.

Tempos novos, que nos dão condições para assumirmos nossas responsabilidades para com o futuro e executar as ações que nos esperam.

**REVISTA MUNICÍPIOS
DE SÃO PAULO**

JULHO/AGOSTO 2017

EDITOR E JORNALISTA

RESPONSÁVEL

Flávio Lamas

REPORTAGENS

Patrícia Penzin

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula Moraes

IMPRESSÃO

Lince Gráfica e Editora

www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e
números atrasados:

(11) 2165-9999

apaulista@paulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:

imprensa@paulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775

ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

Conselheiro com história

Quando o governador Geraldo Alckmin quer ouvir duas opiniões para decidir sobre um determinado assunto, uma delas é de um senhor de vastos bigodes, semblante aristocrático, com uma inseparável bengala, discreto, muito educado e, acima de tudo, com experiência que raríssimas pessoas têm hoje na administração pública – o engenheiro civil João Carlos de Souza

Meirelles, uma das poucas figuras da política atual que não tem currículo. Ele tem história. Amigo pessoal de Alckmin, Meirelles, hoje secretário de Energia e Mineração do Governo de São Paulo, domina qualquer assunto. De política a mercado mundial de consumo, passando pelas mais avançadas tecnologias para a produção agrícola. Foi secretário estadual de Agricultura e Abastecimento de 1998 a 2002, de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo entre 2003 e 2006, além de Assessor Especial de Assuntos Estratégicos do governador em 2013. Desde 2015 é secretário Estadual de Energia e Mineração e também presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Minas e Energia. Apenas isso já seria suficiente para credenciá-lo a ser consultado em grandes temas nacionais. Mas agrega-se um outro fator, também histórico: ele foi o vereador mais jovem a

tomar posse na Capital paulista, em 1964, ano do golpe militar no Brasil, o que lhe rendeu uns 10 dias de prisão. Chegou até à presidência da Câmara Municipal de São Paulo. Porém, anos mais tarde desistiu da política e resolveu se dedicar ao que mais sabe, a Engenharia, cujos conceitos matemáticos e cartesianos aplica às mais variadas situações. Principalmente no campo da produção, é responsável por um programa inovador que implantou mais de 2.000 pontes em estradas municipais, para melhorar o escoamento agrícola. Mas quem é que pode ter em sua história o desbravamento de novas fronteiras e a colonização e construção de três novas cidades? Meirelles tem. Graças a um projeto de expansão da fronteira produtiva no Oeste brasileiro, ele construiu no Mato Grosso as cidades de Juruena, de onde desmembrou-se anos depois o distrito de Cotriguaçu, transformando-se em novo município e Matupá. João Carlos Meirelles é o entrevistado especial desta edição.

O senhor viveu momentos complicados na vida brasileira e está passando agora por mais uma crise. O Brasil é um país de eternas crises?

O Brasil é um país de oportunidades. Passamos por crises nacionais, internacionais, ditadura e sempre saímos mais fortes. Não será diferente desta vez. O país está voltando a encontrar o rumo do desenvolvimento com a queda dos índices de desemprego, inflação, dólar, juros e aumento da produção industrial, PIB, bolsa de valores e sobretu-

do a confiança dos empresários e da população.

O senhor acredita que conseguiremos ter estabilidade para governar, numa sociedade dividida entre contras e a favor? Qual a recomendação que o senhor daria aos futuros candidatos à Presidência da República?

A polarização exacerbada é ruim para a democracia. O Brasil precisa de um líder que consiga dialogar com todos os lados e una novamente a população brasileira. Neste momento que o país vive, o futuro presidente precisa ter experiência, respeito às instituições, espírito público, uma equipe ética e capacidade de diálogo com o Congresso Nacional.

Governar não é fácil com um quadro econômico como o de hoje. Se o senhor fosse prefeito, o que faria em sua cidade?

As prefeituras têm uma proximidade muito grande com a população. Cada cidade tem a sua característica, mas neste momento de crise o mais importante é gerar trabalho e emprego, seja na construção civil, no comércio, na agricultura ou no setor de serviços.

Atualmente, não existe governo que consiga atender todas as demandas e necessidades da sua população, por isso é fundamental uma articulação regional, onde os prefeitos podem trabalhar as cadeias produtivas maximizando, assim, a geração de emprego e renda. Atrair novos investimentos privados e dialogar com o empresariado local para verificar novas possibilidades também é fundamental.

Atualmente, 22% dos municípios paulistas contam com gás natural canalizado. Apesar de ser um setor concessionado à iniciativa privada, o que a Secretaria está

fazendo para que o gás chegue às indústrias e residências dessas cidades?

O Governo de São Paulo, em conjunto com as distribuidoras de gás natural, está fazendo um grande esforço para expandir a oferta de gás nos municípios que ainda não são atendidos. O Conselho Estadual de Política Energética (Cepe) já aprovou o plano estadual de expansão do gás, que prevê dobrar até 2027 o número de municípios atendidos, passando dos atuais 143 para 285, o que compreenderia 44% das cidades paulistas, atendendo 5,2 milhões de clientes. É mais uma fonte de energia que chegará ao interior dando segurança energética ao Estado de São Paulo.

O Estado tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo e estamos vendo a instalação de projetos inovadores no setor de energia fotovoltaica. Como estão esses projetos e a expansão da energia solar no Estado?

A energia fotovoltaica ainda está iniciando no Brasil, mas o Estado já conta com mais de 2.500 instalações em casas, comércios e indústrias, além de usinas fotovoltaicas. A primeira usina solar do Brasil a utilizar a tecnologia de placas flexíveis e rígidas em sistema flutuante está em operação há um ano na cidade de Rosana, na região de Presidente Prudente. Instalados no mesmo local, na usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, já estão em operação os dois primeiros geradores de energia eólica do Estado, uma estação solarimétrica e uma estação anemométrica. Além desses projetos, já começamos a terraplanagem da primeira usina heliotérmica do país. São projetos inovadores que São Paulo realiza para contribuir com o desenvolvimento dessa energia no Brasil.



Florínea

Universidade virtual

O prefeito de Florínea, Paulo Eduardo Pinto, o Duda, está trabalhando para conseguir instalar um polo da UNIVESP (Universidade Pública Virtual do Estado de São Paulo) na cidade e oferecer gratuitamente cursos universitários para toda população. “Trazer novamente uma faculdade para Florínea é ver nossa cidade voltar a crescer, e isso estamos trabalhando fortemente para acontecer. Poderemos contemplar não só a juventude, mas aquelas pessoas que querem estudar, que querem oportunidade de ingressar em uma universidade”, explicou o prefeito Duda.

Piacatu

Convênios: R\$ 207 mil

O prefeito de Piacatu, Euclasio Garrutti, assinou dois convênios que totalizam R\$ 207 mil, em solenidade no Palácio dos Bandeirantes, com a presença do governador Geraldo Alckmin. Uma das emendas, no valor de R\$ 57 mil, será destinada ao setor da Saúde. O recurso foi adquirido por meio de uma emenda parlamentar do deputado estadual Roque Barbieri, o Roquinho. O outro convênio, no valor de R\$ 150 mil, será destinado para a reforma de um barracão que foi destruído por um incêndio em maio de 2012. O local deverá ser destinado para a geração de empregos.

Catanduva

Bicicletas no Natal

A Prefeitura de Catanduva traçou um planejamento para retomar o projeto social “Meu Pai é o Papai Noel” para abrilhantar o Natal de 2017. A proposta consiste em unir esforços entre setores e conseguir doações de bicicletas para que o município não tenha despesas com a atração. A meta é obter 300 bicicletas, mantendo a tradição do projeto. Fornecedores, empresários e comerciantes em geral serão chamados a patrocinar.

Estamos chegando ao final do ano e as prefeituras paulistas continuam – como em todo o país – a viver com uma situação econômica complicada, o que se traduz em menos obras, dificuldades de pagamento a fornecedores e funcionários. É o fechamento do ano com praticamente zero de investimentos. As crises política e econômica são as grandes responsáveis, mas nem por isso podemos desistir. É hora de criatividade e de dobrar as forças para lutar e não frustrar a expectativa da nossa sociedade. Até por isso, uma sugestão aos companheiros prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos e vereadores, é agir com o máximo de transparência para mostrar que a entrada de impostos diminuiu e os gastos continuam aumentando. A esperança agora é terminar o ano com uma situação – esperamos – mais confortável e a chegada de 2018 com nova esperança.

Itariri

Melhorias em estradas

A Prefeitura de Itariri anunciou quais as estradas do município que receberão melhorias entre os meses de setembro de outubro. Assim, os moradores ficam sabendo exatamente onde ocorrerão as obras e também em que ordem isso ocorrerá. A ordem divulgada é a seguinte: Alto Guanhanã, Caixa D’Água à Raposo Tavares, Guanhanã ao Rio Calmo, Raposo ao Taquarussu e Lontra, Estrada do Migume, Estrada Recanto São José e Braço Feio.

Riolândia

Incentivo ao turismo

A prefeita Fabiana Barcelos Ferreira recebeu dia 31 de agosto a notícia de que Riolândia foi contemplada com o título de Município de Interesse Turístico pelo Governo do Estado de São Paulo. A documentação já foi protocolada pela Secretaria do Turismo na Assembleia Legislativa e recebeu um parecer favorável. Essa conquista que caminha a passos largos, beneficia o povo riolandense na geração de emprego e renda, além de atrair turistas e potencializar a cultura e riqueza de nossa cidade e região.

Espírito Santo do Pinhal

Novo Distrito Industrial

Pinhal iniciou um projeto para ocupação do Distrito Industrial Laércio Casalecchi, que fica às margens da SP-342. O projeto está em fase inicial, de ocupação, e visa dotar a área de acesso. O novo distrito terá, aproximadamente, 215 mil m². Representantes da empresa Pinhalense também participaram dessa primeira fase do projeto, e seus dirigentes manifestaram o interesse de transferir suas três unidades para o local. Ainda não se tem uma estimativa de quando o local estará apto para receber as empresas, mas em um futuro próximo deverá gerar mais emprego e renda.

Morro Agudo

Pista de skate

Atendendo a um pedido antigo dos esportistas, a Pista de Skate de Morro Agudo recebeu todos os reparos necessários e uma nova pintura. O local que estava abandonado nos últimos anos e passou a receber atenção especial da Administração Municipal. Nas próximas semanas, a Secretaria da Cultura realiza um trabalho de arte urbana no local.



Ibitinga

Terreno limpo

Em Ibitinga, o proprietário de imóvel urbano ou contribuinte de IPTU tem o dever de manter o seu terreno baldio limpo, capinado, roçado e livre de lixos e entulhos de quaisquer espécies, mantendo a vegetação ou mata com uma altura máxima de 40 centímetros. Quem não respeitar a lei municipal nº 4.046/2015 está sujeito à multa de R\$ 421,20. Além disso, o proprietário ou contribuinte do IPTU terá o prazo de 15 dias, a partir da notificação da multa, para promover a limpeza e manutenção do imóvel em situação irregular. A reincidência na infração à lei municipal implicará na imposição de multa equivalente ao dobro do valor da multa (R\$ 842,40).

Guapiara

Mais infraestrutura

A prefeita Jusmara Rodolfo Pásaro esteve no Palácio dos Bandeirantes, acompanhada do secretário da Saúde, Jedson para assinatura de um convenio de R\$ 150 mil reais para infraestrutura, que serão aplicados na pavimentação dos bairros Santana, Santaninha e Lavras. A verba foi conseguida com o apoio do deputado estadual Dr. Ulysses, que esteve presente na cerimônia, junto do governador Geraldo Alckimin.

Franca

Não ao cerol

Com a coordenação da Secretaria de Educação e da Polícia Militar, Franca realizou a “Campanha não ao Cerol”, que busca a conscientização contra o uso de cerol nas linhas de pipas. A campanha abrangeu várias ações, entre elas, palestras proferidas por policiais militares – para os mais de 4,3 mil estudantes dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental de 28 escolas municipais – e intervenções da Vigilância Sanitária nos estabelecimentos que comercializam as linhas proibidas.

São José dos Campos

Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil de São José dos Campos ficou em 9,1 -- o menor índice da série histórica registrada oficialmente pela Fundação Seade desde 1990. O índice registrado na cidade também é inferior ao consolidado no Estado de São Paulo, que foi de 10,9. No período analisado pela Fundação, em 2016, foram registrados 9.521 nascimentos para 87 óbitos infantis. Já no período de agosto de 2016 a julho de 2017 a cidade registrou uma taxa preliminar ainda menor, de 8,93, com 9.407 nascidos e 84 óbitos.

Tapiraí

Manutenção de estrada

A Prefeitura de Tapiraí, por meio do Departamento de Infraestrutura, Desenvolvimento e Planejamento, está realizando a manutenção da estrada do Bairro do Jatobá. As máquinas estão a todo vapor na manutenção das estradas da zona rural do município. Estão sendo feitas sangrias, retirados entulhos, nivelamento e recebendo cascalho.

União Paulista

DER cede terreno

A Assembleia Legislativa aprovou autorização para o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) ceder gratuitamente uma área a União Paulista, para ser usada como via pública. De autoria do governador Geraldo Alckmin, o Projeto de lei 805/2016 autoriza a transmissão dos direitos de posse que o DER detém sobre a faixa de terra. A área, de 14.880 m² quadrados, com benfeitorias de terraplenagem e pavimentação. A justificativa do projeto diz que a transferência deverá ocorrer porque o trecho “perdeu sua finalidade rodoviária, assumindo características tipicamente urbanas”.

Marília

Adimplência de créditos

A Prefeitura de Marília lançou o Programa de Regularização Fiscal “Anistia 2017”, que terá tempo determinado e o objetivo de fomentar a adimplência de créditos tributários e não tributários vencidos, que tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2016, inscritos em dívida ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal. Poderão integrar os saldos de créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores não cumpridos integralmente ou os que se encontraram com parcelas em dia.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br



Nova fonte de ISS vai reforçar caixa das Prefeituras em 2018

Por Flávio Lamas

Os prefeitos de todo o país poderão contar com uma nova fonte de arrecadação, a partir do dia 1º de janeiro, se cumprirem até dia 30 de setembro os procedimentos legais que possibilitarão receber valores de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) sobre as transações que ocorrerem em suas cidades com cartões de crédito/débito ou planos de saúde, mas que até agora ficam para municípios sede das empresas operadoras e não onde ocorrem as vendas e os serviços. “Foi uma grande conquista do movimento municipalista, porque o ISS agora vai para as

cidades onde a pessoa usou o cartão de crédito, o que significa uma descentralização de R\$ 10 bilhões, que antes estavam concentrados em pouco menos de 20 municípios e agora serão distribuídos para os 5.570 municípios brasileiros”, explicou o vice-presidente da APM (Associação Paulista de Municípios), Marcelo Barbieri, que acompanhou de perto a luta das lideranças municipalistas, comandadas pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Na prática, a mudança é simples: se os prefeitos prestarem atenção e não perderem o prazo, a partir de janeiro a remuneração do ISS fica no município onde foi efetivamente prestado o serviço. “Você redistribui para todos os municípios. Inclusive o mais

pequenininho município do Nordeste vai poder, de alguma forma, receber também tributo do ISS. Ocorre que hoje, dos R\$ 54 bilhões que foram pagos no ano passado de ISS, 37 cidades abocanharam mais de 60% deles. Com essa decisão nós começamos a reverter essa situação”, explicou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Mas não foi fácil conseguir esta mudança na legislação, uma bandeira antiga do municipalismo brasileiro. “Foi necessário muito trabalho”, ressaltou o presidente da APM, Carlos Cruz, que participou da luta e lembra que a mudança ganhou força nos últimos anos na medida em que o cartão de crédito, por exemplo, passou a ter uma importância fundamental na economia. Hoje, é a principal fonte de pagamento de compras e transa-



*Marcelo Barbieri,
vice-presidente
da APM*

“O Brasil possui 5.570 Municípios, mas 63% da receita do ISS fica nas mãos de 35 Municípios. Cerca de 100 Municípios respondem por 78% de todo o ISS. Do total de Municípios brasileiros mais de 2.600 deles respondem, juntos, pela arrecadação de apenas 1% do ISS, enquanto isso 2 municípios ficam com mais de 33,83% de todo o ISS arrecadado. Em mais de 1.800 municípios o ISS não representa 1% da receita corrente, em mais de 4.000 municípios ele não representa 5% da receita corrente”.

**Números divulgados pela Confederação Nacional dos Municípios*

ções comerciais – o que significa a geração de ISS. Essa imensa receita estava ficando para poucos municípios. Por isso, o Congresso votou uma reforma nos moldes propostos pelos municípios. No entanto, o presidente Michel Temer vetou artigos, inviabilizando as alterações.

Porém, antes da votação do veto, as lideranças municipalistas estiveram com o presidente e o convenceram da necessidade dessa justiça tributária. Temer entendeu e liberou a base aliada para derrubar o veto. Marcelo Barbieri explica que o veto presidencial foi consequência de uma reação do setor financeiro. “Eles eram contra e não queriam distribuir a parte que cabe a cada município onde ocorrem as transações porque era mais fácil fazer o recolhimento centralizado”.

Barbieri lembra que houve pressão financeira junto ao Ministério da Fazenda, que recomendou o veto. A reação dos municipalistas foi grande: o presidente Temer recebeu também a pressão de mais de 3 mil prefeitos reivindicando a derrubada. Um acordo político possibilitou

a ação, contando com o apoio dos nossos três senadores paulistas e a bancada federal de São Paulo. “Assim a derrubada se confirmou com tranquilidade”, relembra o vice-presidente da APM.

O presidente do Senado, senador Eunício Oliveira, chamou a derrubada do veto de “justiça com os municípios brasileiros”. O veto presidencial foi rejeitado com 49 votos a 1 no Senado e 371 votos a 6 na Câmara.

Marcelo Barbieri explica que para 99% municípios será um ganho de receita considerável. “Representará por ano incremento na receita em torno de 10% a 20% para os municípios, o que é muito, porque a ISS é o primeiro ou segundo imposto mais importante para as cidades. Em muitas cidades é a principal fonte de receita. ISS é um Imposto 100% municipal e é o primeiro, seguido pelo IPTU”, disse.

Atenção para não perder os prazos

No entanto, esse dinheiro não entra automaticamente nos caixas municipais. Os prefeitos terão obrigatoriamente de fazer uma lei municipal nesse sentido, aprová-la na Câmara Municipal, sancionar e

publicar, até dia 30 de setembro, por causa da legislação que exige uma noventena, ou seja, o prazo mínimo de 90 dias para valer a lei que entrará em vigor no ano seguinte. Para receber o ISS dessa nova fonte de arrecadação a partir de janeiro, a lei precisa ser aprovada 90 dias antes, caindo no prazo máximo de 30 de setembro.

A Associação Paulista de Municípios está orientando os 645 prefeitos do Estado e lembrando da necessidade de correr para dar tempo. O vice-presidente Marcelo Barbieri esteve em Brasília, recolheu dados para a formatação da lei e um modelo de projeto de lei foi disponibilizado no site da APM, para servir de base para os prefeitos.

Perder o prazo implica em um risco muito grande para os prefeitos, conforme lembra Marcelo Barbieri. “O que queremos agora é alertar os prefeitos para o risco de serem enquadrados na lei de responsabilidade administrativa, porque sem a lei não podem receber e se não receberem significa abrir mão de receita, o que é ilegal”. Outro alerta importante aos prefeitos é que além da legislação, será necessário preparar as secretarias municipais de fazenda para receber o ISS, já que é uma lista muito grande de possibilidade de receitas.



Crise e inovação:

Os dias estão sendo assim

Crise vem do latim *crīsis*, “momento de decisão, de mudança súbita”, do grego *krīsis*, “ação ou faculdade de distinguir, decisão”.

Diante dos últimos anos, assim como a imensa maioria dos municípios, atravessamos em Campinas período de significativa queda na arrecadação de tributos. Esta foi motivada, sobretudo, pela situação em que se encontra nossa economia. Pelo PIB brasileiro, que por duas retrações seguidas culminou com a pior recessão da história. Recessão que, segundo economistas como Belluzzo, já teria se configurado até mesmo em depressão.

Todos, não só especialistas, já tivemos noção e sentimos que ciclos econômicos acontecem quando se observa na atividade econômica, a longo prazo, a alternância de períodos de crescimento e declínio. Diante disso, administradores, gestores no serviço público necessitam obviamente encontrar respostas rápidas e inovações tecnológicas e de procedimentos que minimizem os efeitos negativos de períodos como o recente que vem se alongando mais do que o previsto.

Diante da obrigação de reagir, em Campinas foram adotadas medidas naturais como redução de gastos e intensificação da fiscalização, contudo, com características inspiradas no pensamento shumpeteriano, o profeta da inovação.

Quando se menciona a intensificação das fiscalizações isso envolveu no município de Campinas uma variedade considerável de fatores e procedimentos que, conjuntamente trouxeram resultados no sentido de absorver um pouco melhor o impacto negativo da recessão sobre



Fernando José Santos de Oliveira

a arrecadação municipal. Esses procedimentos alcançaram desde a verificação sistemática e mais aprofundada do reconhecimento de imunidades (que nem sempre se encontravam em conformidade com as exigências legais), passaram pela análise dos cadastros em geral e, especificamente, de sociedades de profissionais e sua eventual departamentalização, até a identificação de setores/grandes empresas com queda acentuada dos recolhimentos. Houve também o aprimoramento incessante do sistema de Notas Fiscais Eletrônicas, com a consequente eliminação de aberturas para deduções bem como também a diminuição de brechas na legislação municipal que pudessem reduzir artificialmente o tributo devido.

Com uma legislação moderna que previu benefícios fiscais simplificados, como por exemplo, para empresas de atividades relacionadas à TI, abrandou-se a conhecida guerra fiscal que gerava muitos procedimentos ilegais na procura

de uma alíquota menor em outra localidade, o que dificultava a fiscalização da efetiva unidade econômica estabelecida. Somando-se a isso, houve uma análise séria e criteriosa em relação ao cadastro de empresas estabelecidas fora do município e que prestam serviços em nossa cidade.

É notório que se trata de uma obrigação legal a de que os municípios promovam arrecadação de receitas próprias. No entanto, cerca de 80% das prefeituras do país não geram 20% de suas receitas, situação incômoda que não se altera há anos segundo pesquisas da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).

Já em Campinas, pelo menos quatro destaques merecem ser enfatizados como talvez os principais amortecedores dos efeitos da crise. O primeiro deles é o trabalho altamente profissional desenvolvido pela equipe que analisa os contribuintes enquadrados no Simples Nacional. Com desenquadramentos que acontecem criteriosamente na mesma velocidade das adesões ao regime diferenciado, são verificadas as exigências legais, principalmente a veracidade das atividades efetivamente desempenhadas.

Além disso, é realizado cruzamento entre o montante informado nas notas fiscais emitidas e o valor da receita tributável apontado nos documentos de arrecadação. Outro destaque é a criação da DOCEC - Declaração de Ocupação dos Condomínios Empresariais de Campinas, cujo aperfeiçoamento permitiu que fossem identificadas centenas de empresas em situação de clandestinidade, bem como localizar



outros tantos profissionais autônomos não cadastrados que não efetuavam recolhimento do ISS devido. Uma vez que se trata de obrigação acessória a ser cumprida especialmente por condomínios empresariais, e shoppings, trata-se, portanto de uma ferramenta útil em municípios com esse perfil de ocupação. No departamento que se encarrega dos lançamentos de IPTU, além de um esforço significativo na solução de processos dos mais variados tipos e que culminou com o uso de aerofotos na identificação de construções irregulares e na atualização da Planta Genérica de Valores que ora se realiza, ainda se promoveu de forma ostensiva um esquadrinhamento de ruas de nossa cidade. Isto se deu no sentido de identificar (e cobrar retroativamente) distorções na informação prestada sobre o efetivo uso do imóvel, entre residencial e não residencial, o que permitiu o lançamento dos valores legalmente exigíveis, com resultados bastante significativos.

Em relação ao Departamento de Cobrança, tivemos uma acentuada elevação do volume de protestos extra-judiciais ao longo dos anos o que permitiu, além de recebimentos mais ágeis e sem custos para o erá-

rio, que se aliviasse o judiciário no que se refere ao abarrotamento de processos naquela instância, configurando-se, por conseguinte, na mais acertada medida adotada em relação a esse procedimento. Importante ressaltar ainda que estamos, em Campinas, em meio a um REFIS, programa de regularização fiscal, que promete arrecadar algumas dezenas de milhões até o mês de setembro.

Campinas ocupa hoje a sétima colocação no ranking de arrecadação de receitas tributárias no país e a segunda posição dentro do Estado de São Paulo. Em relação ao IPTU, ocupa também a segunda posição no Estado de São Paulo e a terceira no ranking estadual em relação ao ISS.

Campinas ainda sinaliza, dentro do enfoque das inovações que sempre pretende implementar, com premiações periódicas para as melhores ideias no sentido da elevação da arrecadação tributária ou da redução de despesas e que são oferecidas dentro da Secretaria de Finanças de Campinas. São premiadas também as boas ações praticadas pelos funcionários e colaboradores da Secretaria, com prêmios que vão desde jantares em restaurantes conceituados até finais de semana em

hotéis gabaritados. Tal premiação é inspirada em outra semelhante oferecida por renomada Agência de Publicidade do país.

Enfim, o que se pretende aqui não é discorrer em um texto burocrático indicativo de porcentagens e dados que talvez muitos de nós já conheçamos. Talvez a principal mensagem que se pode deixar aqui é a de que não é mais aceitável que o município abra mão das receitas próprias, da criação de estrutura que permita cobrar tributos com competência, não se acomodando somente com os repasses recebidos. Parece inquestionável que todo e qualquer município do nosso Estado de São Paulo (e mesmo do país) deva estabelecer alguma autonomia em termos de arrecadação tributária. Se não for pelo princípio constitucional da eficiência, pela responsabilidade fiscal, que seja então pela natural evolução que se espera dos gestores públicos.

A população de um município, seja ele de qualquer proporção, não aceita mais que os investimentos necessários para desenvolver a cidade e melhorar a vida dos munícipes nessas localidades sejam abreviados. E certamente não desejam, continuarem reféns de crises exógenas ou meramente de gestões amadoras, submissas aos interesses eleitorais de alguns políticos que ainda não compreenderam suas verdadeiras missões, em detrimento das políticas públicas que realmente interessam ao eleitor contemporâneo, bem informado, ávido por desenvolvimento e consciente de seus deveres e direitos.

Fernando José Santos de Oliveira é supervisor departamental de finanças da Prefeitura Municipal de Campinas, formado em Ciências Econômicas pela Unicamp, especializado em Gestão Pública e Auditoria, Direito e Adm. Financeira e Orçamentária.



Por Patrícia Penzin

A Saúde sempre foi o calcanhar de Aquiles de qualquer administração pública. A demanda por serviços de qualidade cresce todos os dias e não vem acompanhada de aumento nos repasses estaduais e federais para o setor. As dificuldades das prefeituras aumentam em tempos de crise, em que as fontes de receita são escassas e a procura pelos serviços do SUS é impulsionada pelo desemprego.

Prefeitos criam consórcios para enfrentar a saúde

Como enfrentar a eterna crise na saúde pública, em que o número de pacientes é sempre maior que os serviços oferecidos? Já que os governos federal e estadual não conseguem resolver a equação, prefeitos estão procurando uma forma criativa para pelo menos tentar amenizar o problema. E uma das alternativas que os muni-

cípios vem encontrando nos últimos anos é a criação de consórcios intermunicipais de Saúde, prática que vem sendo incentivada pelo Ministério da Saúde desde o final da década de 1990. O secretário estadual de Saúde, David Uip, afirma que não existem recursos no País para dar conta da demanda na Saúde e defende uma discussão

mais ampla com o governo federal e parlamentares para reduzir a carga dos municípios. “A municipalização da Saúde foi um desastre. Os prefeitos não têm como assumir essa responsabilidade. Pensar na Saúde de uma forma regionalizada é uma saída. Você tem mais força quando mostra que precisa de recursos para uma política regional que está dando certo”, afirmou o secretário.

O consórcio é uma iniciativa autônoma de cidades vizinhas que se associam para gerenciar e oferecer serviços especializados à população. É uma forma inovadora de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) que vem crescendo ano a ano. Para se ter uma ideia do alcance do eficácia da prática, em



David Uip, secretário estadual de saúde

1999 estavam em operação no Brasil 143 consórcios que prestam serviços para mais de 1740 municípios, o que corresponde a cerca de 30% do total de municípios brasileiros. No Estado de São Paulo, o número saltou de 5, em 1985, para 15, em 2005. Dos 645 municípios paulistas, estima-se que ao menos 154 municípios já são consorciados. Esse número atende a uma população de 2.513.310 habitantes. E esse crescimento da prática fez o governo criar a Lei dos Consórcios, que estabelece normas e princípios que regulam o sistema, facilitando o trabalho dos gestores públicos.

A ideia é que as prefeituras das cidades de uma região se unam para descentralizar o atendimento da Saúde, oferecer uma rede mais completa e uma qualidade melhor no atendimento à população. E a iniciativa dá resultados. “O trabalho conjunto, sobretudo em períodos como esse, de crise e escassez financeira, é essencial para que os gestores públicos tenham condições de oferecer serviços adequados e de qualidade à população. O consórcio é uma ferramenta de gestão dessa parceria. Um mecanismo que permite às Prefeituras oferecer, a custos reduzidos, iguais ou com-

patíveis àqueles praticados na tabela SUS, maior variedade de atendimento médico especializado, exames laboratoriais e de imagem e procedimentos cirúrgicos ao morador”, explica o prefeito de Holambra e presidente do consórcio Cismet, Fernando Fiori de Godoy.

O Cismet, na região de Campinas, uniu Artur Nogueira, Cosmópolis, Holambra e Paulínia. Segundo o seu presidente, o consórcio é uma ferramenta que permite melhoria expressiva nos serviços oferecidos à população. “Por meio dele, as Prefeituras podem comprar procedimentos complementares àqueles oferecidos pelo SUS ou que estejam com oferta insuficiente pelo sistema único. Com isso, os municípios consorciados conseguem reduzir ou eliminar filas de espera e ampliar a cobertura disponível ao paciente. A qualidade do atendimento também é beneficiada pela liberdade de troca de prestadores de serviços que não estejam correspondendo adequadamente aos procedimentos contratados”, argumenta.

O consórcio tem a finalidade de realizar ações conjuntas em



Policlínica atende a população de Holambra e região



saúde, melhorando a qualidade, dando maior celeridade, reduzindo custos e ampliando os serviços públicos oferecidos à população. “O consórcio possui uma rede de atendimento credenciada que oferece diversos procedimentos aos municípios, como consulta com especialistas, exames de diagnóstico e cirurgias. Toda a gestão de contratação, agendamento e encaminhamento é feita pelo município”, afirma Fiori de Godoy.



*Fernando Fiori de Godoy,
prefeito de Holambra*

Para usufruir da rede nas cidades vizinhas, os pacientes contam até com transporte gratuito para o deslocamento. Os gestores dos municípios participantes do Cismetro sustentam que as redes municipais de saúde evoluíram no quesito de qualidade dos serviços prestados. “O município é muito beneficiado pelos procedimentos viabilizados por esse esforço conjunto e também pelo relacionamento e troca de experiências e informações entre os gestores das cidades consorciadas”, diz.

De olho nos bons resultados, a moda pegou, mas com proposta de



Faculdade São Leopoldo Mandic

aperfeiçoamento para melhorar o que já existe em termos de consórcios. Cada vez mais cidades recorrem agora ao modelo para melhorar seus serviços. Os municípios de Valinhos, Vinhedo e Itatiba articulam a criação de um consórcio regional e contam com o apoio do secretário estadual de Saúde, David Uip, para a implantação. Ele se comprometeu que ajudará os municípios com apoio técnico no processo de criação do consórcio. “O que vocês estão pensando, eu acho ótimo. E podemos ajudar muito no entendimento de como isso funciona dentro da política regionalizada. Isso é fantástico”, disse o secretário.

A proposta do consórcio entre as três cidades é diferente dos modelos já consagrados. Prevê a integração de três Santas Casas, do Hospital Galileu, da Faculdade

São Leopoldo Mandic e a rede primária de atendimento. “Nós não queremos apenas um consórcio dentro do padrão instituído na década de 90. Queremos um modelo que funcione e seja eficiente. Que consiga atender o usuário em



Jaime Cruz, prefeito de Vinhedo

todos os procedimentos, inclusive os de alta complexidade”, afirmou o prefeito de Vinhedo, Jaime Cruz.

Em encontro com os prefeitos, Uip disse que o consórcio tem que potencializar aquilo que cada cidade oferece, sem que as três desempenhem o mesmo papel ou apresentem as mesmas soluções. Para ele, cada município deve complementar a rede para melhorar a oferta de vagas e a qualidade de atendimento.

O prefeito de Itatiba, Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira, aposta no consórcio para melhorar a qualidade do atendimento. “Nós já temos boa parte do orçamento comprometido com a Saúde e, mesmo assim, ainda não é sufici-

enfrentam a escassez de recursos do governo federal e estadual e sofrem para manter o atendimento. A ideia do consórcio é justamente para aliviar a situação e distribuir melhor os recursos disponíveis. “Não queremos nenhuma cidade sobrecarregada. Ao contrário, queremos um gerenciamento inteligente para todo o sistema, que integre e que melhore o atendimento. Temos vários entes envolvidos na discussão. É importante também a participação da Faculdade São Leopoldo Mandic nesse processo”, afirmou o prefeito de Valinhos, Orestes Previtali.



Orestes Previtali, prefeito de Valinhos



Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira, prefeito de Itatiba

ente. Nós acreditamos no consórcio para conseguir oferecer um serviço com mais qualidade para a população”, afirma.

O agravamento da crise econômica no País aumentou a responsabilidade das prefeituras brasileiras em relação à Saúde. As cidades, que já investem quase o dobro do limite obrigatório na área,



Santa Casa de Valinhos



Hospital Galileo, em Valinhos



Ciensp realiza I Fórum e discute os Resíduos Sólidos Urbanos

Aconteceu no dia 29 de agosto, na Câmara Municipal de Andradina, o I Fórum de Resíduos Sólidos Urbanos dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo (Ciensp) com o apoio da Associação dos Municípios do Extremo Noroeste de São Paulo (Amensp).

Os principais objetivos do Fórum são:

- Conhecer as tecnologias existentes;
- Buscar alternativa para solucionar o problema de resíduos sólidos urbanos dos municípios de forma individual ou coletiva;
- Buscar alternativas ambientalmente corretas visando a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- Definir juntamente com o conselho de prefeitos e técnicos a tecnologia a ser adotada para a nossa realidade;
- Atender as legislações vigentes.

Estudos governamentais vêm

apontando como melhor solução a regionalização do serviço de coleta e tratamento dos resíduos sólidos, devido aos custos e da atenção que se deve dar ao projeto, o que pode ser feito através de consórcios e associações, como é o caso da Ciensp e a Amensp, diminuindo os custos, facilitando logística e resolvendo os problemas de forma conjunta.

O poder executivo dos municípios que compõem o consórcio intermunicipal do extremo Noroeste de São Paulo, preocupados em atender as legislações vigentes, especificamente a que aborda a Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da lei federal 12.305, de 2010, vem buscando a adequação para destinação final dos resíduos provenientes da coleta urbana.

O Ciensp se preocupa com o assunto já que alguns dos seus municípios se encontram com seus aterros sem licença de operação, com licença de operação vencida, terceirizando coleta e trans-

porte de resíduos e também com tempo de vida curto das células implantadas, além da necessidade de inserção de novas tecnologias, para reaproveitamento dos resíduos. O Consórcio é composto por 17 municípios do extremo Noroeste paulista, foi representado pelo seu presidente Gilson Pimentel, prefeito de Murutinga do Sul, que contou com o apoio da secretária executiva, Rose Francé Vital.

A Amensp esteve representada pelo seu presidente, prefeito do município de Sud Mennucci, Júlio Cesar Gomes, que agradeceu pelo convite e externou total apoio ao projeto.

O evento contou com a presença do presidente da Associação Paulista dos Municípios (APM), Carlos Cruz, que agradeceu ao convite e cumprimentou o presidente do Ciensp e seus participantes pelas relevantes ações que “refletem diretamente em benefícios à população e é isso que fortalece uma região”.



Dentre os órgãos que estiveram presentes, a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, o gerente da Agência Regional de Dracena, Luiz Takashi Tanaka, representou o Coordenador Estadual, Geraldo Amaral.

O Programa Município Verde Azul teve como participante Simone Neiva Rodella que no ato representou o Coordenador Estadual, José Walter.

Fizeram parte também da mesa diretiva do Fórum, a anfitriã, Tamiko Inoue, prefeita de Andradina, o ex-prefeito e assessor especial da prefeita Tamiko, dr. Jamil Ono, de Itapura, Fabio Dourado, de Lavínia, Clovis Izidio de Almeida, de Pereira Barreto, João Altair Rodrigues, de Tupi Paulista, Alexandre Tassoni Antonio e, de Valparaíso, Roni Claudio Bernardi Ferrareze, vice-prefeitos de Guaraçaí, Bento de Abreu, e representantes de Guararapes, Castilho, Mirandópolis e Nova Independência.

Quatro empresas, detentoras de tecnologias diferenciadas, se inscreveram para apresentar seus sistemas que serão analisados pelos prefeitos e técnicos que discutirão o sistema mais viável e adequado técnica e economicamente para a região.

A empresa “Constroeste Ambiental”, representada por Danilo Ferreira, apresentou a modalidade de Aterro Sanitário com tecnologia de baixo impacto ambiental: o material coletado por equipes da Constroeste Ambiental em residências, indústrias, estabelecimentos comerciais, hospitais e clínicas de saúde passa por tratamentos diferenciados para impedir que causem danos a rios, solo e ao ar. Resíduos domésticos são submetidos a triagem para separação dos



Gilson Pimentel, presidente da CIENSP e prefeito de Murutinga do Sul

produtos que podem ser reciclados dos orgânicos, que serão transformados em composto para adubação de plantas. Materiais que podem ser reaproveitados, como papel, plástico, papelão e alumínio são enviados para empresas de reciclagem. A empresa “Interport Soluções Socioambientais”, representada por Gilmar Zanatta, apresentou a modalidade Gaseificação por Leito Fluidizado, que trata do processo de volatilização de biomassa em leito fluidizado e o estudo experimental da gaseificação de biomassa em leito fluidizado, através do processamento de biomassas.

A empresa “Carbogás Energia”, representada por Luciano Infesta, apresentou a modalidade Carbogás, que é a produção do gás a partir da gaseificação de resíduos orgânicos, ou alguns inorgânicos, em cuja composição química exista cadeias carbônicas, ou seja, a grande maioria de elementos que visualizamos exceção feita às substâncias minerais inertes com ênfase na geração de energia elétrica medi-

ante a utilização dos gases produzidos, obtidos no processo de reações químicas da decomposição molecular dos materiais, ocorridas no reator Carbogas. A empresa “Se5 Inteligência Ambiental” teve como representante Ricardo Villani, que apresentou a tecnologia Modalidade de Embolsamento, tecnologia de compactação e encapsulamento de resíduos sólidos que o transformam, após um período de compostagem, em uma espécie de fertilizante natural. O Sistema de Embolsamento de Resíduos estabelece que os municípios adotem uma tecnologia inovadora de tratamento de resíduos sólidos urbanos onde, após a triagem manual para a separação do lixo reciclável, os resíduos sejam compactados e acondicionados em bolsas de polipropileno por três anos.

Após este período o resíduo é retirado e utilizado como adubo orgânico na manutenção de áreas verdes ou até mesmo na agricultura local. Após a apresentação dos projetos das empresas, o secretário de Meio Ambiente de Andradina, Claudio Gotardo Filho, ressaltou a importância de ter um modelo que garanta soluções duradouras e eficientes dentro das diretrizes da CETESB.

Encerrando o evento, o Presidente do CIENSP e prefeito do município de Murutinga do Sul, Gilson Pimentel, agradeceu a colaboração e participação de todos e encaminhou perante o conselho de prefeitos presentes que no dia 01 de setembro já estiveram reunidos para colocar em prática a metodologia que será usada para iniciar os estudos de custo benefícios da tecnologia escolhida e dar seguimento no projeto do aterro sanitário regional.



*Presidente da Feapaes/SP,
Cristiany de Castro, na abertura
da campanha Setembro Verde*

Pessoas com deficiência: campanha promove ações

O intuito da campanha Setembro Verde, idealizada pela Feapaes/SP e APAE de Valinhos, é sensibilizar a população e ampliar o debate sobre a importância da inclusão social da pessoa com deficiência

Desenvolvida em 2015 pela APAE de Valinhos/SP e pela Federação das APAES do Estado de São Paulo (Feapaes/SP), a campanha Setembro Verde, que tem como objetivo tornar o mês referência na luta pela inclusão social da pessoa com deficiência, ganhou repercussão nacional. Neste ano, além das APAES do Estado, a campanha contou com o apoio de instituições parceiras, empresas e diversos segmentos do poder público.

No dia 31 de agosto foi realizada, no auditório Franco Montoro, nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), a cerimônia de abertura da campanha. “No Brasil são mais de 24% da população diagnosticada com algum tipo de deficiência, nós

da Feapaes/SP queremos mostrar a importância dessas pessoas serem tratadas com respeito e dignidade. Nossa luta pela pessoa com deficiência é diária, mas é importante termos um mês dedicado para mobilizar e conscientizar a população”, afirma a presidente da Feapaes/SP, Cristiany de Castro.

Diversas atividades que promovem a inclusão foram realizadas no decorrer do mês de setembro. APAES e instituições parceiras desfilarão com faixas e vestidas de verde, os usuários fizeram visitas a universidades e escolas, além de ações e competições esportivas em parceria com a rede municipal ou estadual. As APAES visitaram empresas amigas, para que os usuários conheçam o espaço de trabalho e interajam com os funcionários.

Além disso, estabelecimentos comerciais e empresas amigas iluminaram-se de verde, gravando vídeos de incentivo, fixando um laço verde em seus websites, bem

como divulgando mensagens de apoio em suas mídias sociais. Porém, a grande novidade deste ano e que deverá animar e fomentar a campanha nas redes sociais, é a possibilidade de as pessoas adicionarem o tema Setembro Verde a sua foto de perfil.

Projeto de Lei

Em 2017 a campanha ganhou um novo fôlego, diversas cidades paulistas a tornaram lei. Franca foi a pioneira. A proposta, de autoria do vereador Adérmis Marini (PSDB), foi solicitada pela Feapaes/SP e tem como objetivo gerar visibilidade à causa da pessoa com deficiência.

O projeto institui ações a serem realizadas pelo município durante todo o mês de setembro, como palestras, encontros comunitários para disseminação de práticas inclusivas, iluminação ou decoração de espaços com a cor verde e outras a fim de estimular a inclusão social da pessoa com deficiência.

Santo André realiza Encontro Regional de Municípios da ABM

A Associação Brasileira de Municípios (ABM) e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC realizarão a edição Sudeste do Encontro Regional de Municípios no dia 28 de setembro, na sede do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, em Santo André.

A coordenação do evento ressalta que “é inegável que em momentos de crise o ente federativo que enfrenta maior dificuldade é o município. Estamos passando por uma queda de receita, acompanhada de um desemprego que não mostra qualquer sinal de recuperação e do empobrecimento da população. Independentemente dos cenários, nossos cidadãos exigem o que lhes é de direito: um serviço público de qualidade”.

O município é a esfera de governo que está mais próxima do cidadão, por isso mais cobrado a dar a resposta que a sociedade exige.

O objetivo deste encontro é debater temas ligados ao cotidiano dos municípios neste primeiro ano de gestão, como por exemplo o novo ISS: como os municípios devem se preparar, a Judicialização da Gestão e a criminalização dos agentes políticos, as Regiões Metropolitanas e as Aglomerações Urbanas: o papel dos municípios e, por fim, os municípios, a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana.

Para cada uma destas mesas estão sendo convidados prefeitos, prefeitas, técnicos e autoridades responsáveis em outras esferas do Estado.

Os desafios dos gestores e gestoras municipais, principalmente de prefeitos e prefeitas nesse momento, são muitos e intensos. Certamente as dificuldades que afetam o país e os estados pesam ainda mais nos municípios. Frente

a esses desafios os municípios devem se preparar e se capacitar cada vez mais. Essa é uma preocupação central da ABM, que busca, permanentemente, melhorar as condições e a capacidade de gestão das prefeituras.



Encontros Regionais de Municípios

INSCRIÇÕES ABERTAS!

INSCREVA-SE GRATUITAMENTE:

www.abm.org.br/encontrosregionais2017

28/09/2017 - ENCONTRO DA REGIÃO SUDESTE

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Av. Ramiro Colleoni nº 5, Centro, Santo André/SP

Realização:



Apoio:



Patrocínio:





Ribeirão Preto registra reação positiva na construção civil

Os números ainda não retratam uma reviravolta econômica, ou uma transformação que leve à empregabilidade plena, mas já são animadores. Os indicadores de Ribeirão Preto registraram no primeiro semestre de 2017 que a reação na geração de empregos é uma realidade, com maior ênfase na construção civil. O setor também tem seus números melhorados quando as estatísticas mostram o número de projetos e tamanho de áreas licenciadas.

O aquecimento no setor é também visível quando o assunto é construção de casas para famílias de baixa renda. São vários projetos em execução, aprovados ou em análise. O maior projeto já em execução prevê a edificação de 6.991 casas na zona Oeste da cidade. Destas, 2.440 já estão sendo levantadas. A previsão é geral cerca de 6

mil empregos diretos, mas 2 mil pessoas já participam do processo de seleção. Além deste, outros empreendimentos estão em construção.

Os dados sobre a aprovação de projetos na Secretaria de Planejamento e Gestão Pública confirmam o que se vê nas obras em andamento. A maioria dos tipos de construção teve crescimento no número de projetos e área aprovada. Em um dos casos – construção mista de residência e comércio ou indústria –, a soma de áreas licenciadas cresceu 1.001,25%, passando de 177.391,1 para 1.953.514 metros quadrados, no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado.

O secretário de Planejamento, Ruy Salgado Ribeiro, acredita que a aceleração da aprovação de processos em sua pasta tambémaju-

dou bastante o crescimento, mas também reconhece a existência do aquecimento econômico no setor. “Aceleramos a aprovação. Projetos que tramitavam por seis meses hoje são aprovados em até cinco dias. Mas outros números apontam também para a reação, porque a habitação é item de necessidade primária”, diz o secretário.

Quando o indicador é o número de empregos gerados especificamente no setor da construção civil, os números saem do negativo para o positivo de um ano para outro. No primeiro semestre de 2017, foram contratadas 4.178 pessoas e demitidas 4.360, resultando em saldo negativo de 162 postos de trabalho. No mesmo período de 2017 as contratações foram de 3.958 para 3.743 demissões, com a abertura de 215 vagas a mais.

Habitação popular

A meta do prefeito Duarte Nogueira é construir em seu mandato, até 2020, 15 mil unidades habitacionais, principalmente as destinadas a pessoas inscritas na Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto (Cohab-RP). “Estamos buscando as linhas de financiamento disponíveis e as parcerias necessárias para atingir a meta e atender as famílias que precisam de moradia, além de fomentar o emprego e a renda das pessoas”, diz Edsom Ortega, presidente da Cohab-RP.

Os números neste setor são auspiciosos. Nestes primeiros sete meses de governo, o balanço da Cohab-RP aponta para 1.358 unidades entregues, 3.301 unidades em comercialização, 2.904 unidades em construção, 2.260 em aprovação referentes a cinco empreendimentos e mais 16 projetos em elaboração, o que eleva a projeção para a construção de 14.823 unidades habitacionais.



Duarte Nogueira, prefeito de Ribeirão Preto



Foto: Rubens Okamoto

Governador Geraldo Alckmin e Duarte Nogueira, prefeito de Ribeirão Preto, assinando contrato de venda de casas populares

Emprego, renda e moradia

O prefeito Duarte Nogueira elegeu como uma de suas prioridades a moradia de interesse social justamente por contemplar não apenas o sonho da casa própria, de grande importância, mas também pela geração rápida de emprego e renda. A medida já começa a apresentar resultados com o início de empreendimentos na cidade, com a contratação de pessoas.

“Depois de quase três meses de desemprego maior que emprego, com admissões menores que demissões, Ribeirão Preto, a partir de junho último, na virada para julho, passou a ser superavitária na criação de empregos, abrindo mais vagas que os postos de trabalho fechados”, diz o prefeito.

Duarte Nogueira credita essa virada principalmente ao setor da construção civil. “No Brasil, a contratação maior que demissão também vem ocorrendo, mas de uma forma mais lenta, com a contribuição das áreas de comércio, serviços, industrial, agricultura, agro-negócios e a construção civil. Aqui

em Ribeirão Preto a construção civil tem sido um elemento muito importante entre os cinco setores, dada a atividade que a cidade tem feito na aprovação de novos projetos habitacionais e ao mesmo tempo na habitação de interesse social, que tem nos permitido entregar casas, abrir contratação para novos empreendimentos”, comenta.

O prefeito também chama a atenção para o papel da Cohab-RP que teve pouca participação na elaboração de projetos e contratação de novas unidades nos últimos três anos. “Temos contado com a parceria da Caixa Econômica Federal, CDHU, das empresas parceiras e com o apoio muito intenso da Cohab de Ribeirão Preto, que voltou a projetar e aprovar habitações de interesse social. E isto tem sido muito importante para gerarmos mais emprego e renda para nossa população nesse momento de recuperação da economia, da virada do declínio que vivenciamos nos últimos três anos que felizmente começamos a ver a luz no final do túnel”.



Momento de confraternização após o término da palestra: o abraço de Victor Mirshawka no vice-prefeito de Jundiaí, Antonio de Pádua Pacheco e tendo atrás alguns dos participantes que prestigiaram o evento

Jundiaí vai ter MPA para a capacitação de gestores municipais

Quais são os requisitos que deve cumprir alguém que quer ocupar o cargo de prefeito de uma cidade ou então ser responsável por uma secretaria municipal ou algum outro órgão da prefeitura?

Infelizmente eles são vagos e não há nenhuma obrigatoriedade que o pretendente tenha pelo menos no seu currículo um curso de pós-graduação como o Master of Public Administration (MPA), ou seja, ser um especialista em administração pública. Mas, a cidade de Jundiaí, através do seu prefeito Luiz Fernando Machado, pensa que é indispensável nela haver um competente corpo de gestores e nesse sentido encarregou o diretor da sua Escola de Gestão Pública (EGP), Silas Feitosa a implementar um MPA, oferecendo-o não apenas aos servidores de Jundiaí, mas ampliando a oferta para aqueles que trabalham nas prefeituras da aglomeração urbana de Jundiaí, da qual fazem parte Campo Limpo Pau-

lista, Itupeva, Várzea Paulista, Cabreúva, Louveira e Jarinu.

Nesse sentido, para divulgar o conteúdo desse curso, foi organizada pela Escola de Governo, no dia 3 de agosto de 2017, uma palestra do prof. Victor Mirshawka, sobre o que se busca ensinar no MPA.

O local para essa apresentação foi o espaço da Câmara dos Vereadores.

O evento foi aberto pelo próprio prefeito Luiz Fernando Machado, que enfatizou a necessidade dos servidores municipais estarem se aperfeiçoando cada vez mais na administração pública municipal.

Por seu turno o vice-prefeito Antônio de Pádua Pacheco além de saudar o prof. Victor Mirshawka analisou alguns dos módulos do curso dando muito destaque àquele que trata da visitabilidade, ou seja, da importância que representa para a economia de uma cidade a vinda de turistas (visitantes) numa época em

que as pessoas desejam não só o lazer, o divertimento, mas sim viver experiências que as emocionem.

Na sua exposição Victor Mirshawka ressaltou: “O MPA é um curso que com o apoio da Associação Paulista dos Municípios (APM), presidida por Carlos Cruz, procuraremos oferecer em diversas cidades do Estado de São Paulo”.

Disse que “certamente uma das prioridades de quem quer ser um bom prefeito é escolher pessoas capacitadas para ocuparem os cargos mais relevantes da prefeitura e investir continuamente na educação dos servidores municipais. Dessa maneira ele precisa ter colaboradores que entendam do tema legalidade”.

Infelizmente a maioria dos Estados e municípios editam leis para temas que já foram previstos em leis federais, e a maior parte dessas réplicas estão nas áreas de educação, saúde e segurança.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) desde a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988, os municípios do Brasil editaram milhões de normas e centenas de milhares de leis complementares e ordinárias, bem como de decretos e portarias.

Com toda essa variedade de normas, leis, decretos e portarias há um incrível aumento de litígios com os municípios que acabam buscando ‘esclarecimentos’ no Judiciário, sobre a correta interpretação dos atos praticados pela prefeitura.

No módulo administrabilidade do MPA a grande preocupação é a de passar aos participantes conhecimentos para que se possa ter uma gestão eficiente nos diversos setores da prefeitura.

Em vista dos desmandos que foram revelados nesses últimos tempos tanto nas empresas públicas como nas privadas torna-se imprescindível investir em compliance.

Originário do inglês “to comply with”, o termo compliance entrou definitivamente no vocabulário brasileiro nesses últimos anos e significa estar em conformidade com as regras e procedimentos legais.

Professor Victor Mirshawka disse ainda que se tem uma boa administrabilidade quando se nota que os serviços oferecidos pela prefeitura têm boa avaliação por parte dos municípios.

Não há prefeito que não fique feliz quando percebe que na cidade que comanda há uma oferta de empregos, algo bem difícil nos últimos tempos, pois o que se tem no País todo é um grande desemprego, que atinge mais de 13 milhões de pessoas em condições de trabalhar.

É, pois, vital que uma cidade tenha diversas formas para aumen-

tar a empregabilidade das pessoas que vivem nela.

Obviamente, uma cidade em que seus moradores conseguem ter empregos, muitos dos problemas que enfrenta a administração municipal ou desaparecem, ou então se minimizam.

Um módulo muito importante do MPA é aquele de habitabilidade quando se nota claramente entre os mais pobres, ou seja, aqueles que vivem nas ruas (pois não tem moradia) ou então em favelas que se nota que esse tema foi esquecido.

No módulo mobilidade, analisa-se inclusive a evolução social, isto é, as oportunidades que as pessoas que vivem numa cidade têm para evoluir de uma condição de pobreza para uma situação de relativa segurança econômica ou até de alcançar a riqueza...

A mobilidade urbana está se tornando um problema cada vez maior devido aos congestionamentos que ocorrem cada vez mais, pois a maioria das pessoas nas cidades brasileiras, no seu transporte, usa o carro ou a motocicleta e isso se deve a ineficiência do transporte público coletivo.

Perder tempo, em qualquer tipo de deslocamento, dentro de uma cidade, diminui significativamente a produtividade das pessoas e das empresas.

Já no módulo sustentabilidade os participantes do MPA, aprendem como é possível não desperdiçar os recursos da natureza e inclusive quando possível, como reaproveitá-los.

Finalmente no módulo visitabilidade se dá muita importância à criatividade e inovação, justamente para se poder desenvolver numa cidade atrações ou instituições (hospitais, escolas, centros de comércio) que façam com que as pessoas dese-

jem visitá-la ou até se fixar nela!

Naturalmente quem deseja incrementar a visitabilidade numa cidade deve também desenvolver nos seus municípios um comportamento hospitaleiro, fazendo com que eles entendam que a vinda de turistas, gera muitos empregos para os que vivem nela – nessa era do desemprego – e injetam muito dinheiro na economia da cidade.

Estamos vivendo em 2017, uma espécie de pesadelo coletivo, pois as más notícias envolvendo os nossos governantes, políticos, empresários etc. parecem que não têm fim, como se estivessemos cavando um poço que não tem fundo, que não vai levar a descoberta da água.

Para acabar em parte com esse pesadelo é que a APM está envolvida nesse projeto de disseminar o MPA, para conseguir em pouco tempo formar alguns milhares de competentes gestores municipais que de forma ética executem o seu trabalho para que os municípios se sintam vivendo em cidades agradáveis, inspiradoras, sustentáveis, inteligentes e principalmente em que os seus moradores tenham os responsáveis pela administração municipal em alta conta.

Um dos principais objetivos do MPA é o de tornar inaceitável para os seus participantes a sugestão que foi dada de forma sarcástica pelo saudoso e talentoso economista Roberto Campos, que quando inquerido sobre qual era a saída para a crise brasileira na época em que foi ministro e nosso embaixador, disse: ‘A melhor saída do Brasil é através do aeroporto’!

Essa obviamente não é a saída!!!

Uma solução virá daqueles que se formarem no MPA, tornando-se gestores mais competentes – e talentosos – das nossas cidades.”



Amor pela b é arma de ac para renovar

Por Flávio Lamas

O que fazer para o Brasil retomar os rumos de desenvolvimento em que se pense no país como nação séria, responsável e voltada para seus cidadãos, longe da imagem estereotipada de reino da corrupção e do jeitinho? O advogado José Marcelo Braga Nascimento, fundador de um dos mais conceituados escritórios de advocacia de São Paulo, o Braga Nascimento e Zilio, tem uma resposta e um sonho. A resposta: estimular a

autoestima nacional, para valorizar as riquezas e o potencial brasileiro. O sonho: resgatar o orgulho das pessoas com o maior símbolo da nação, a bandeira verde e amarela, espalhada por todos os cantos — ruas, avenidas e prédios públicos.

“Nós temos um país lindo, gigante em dezenas de setores, com muito para oferecer. O que falta é apenas nosso povo parar com essa mania de se sentir inferiorizado”, acentua Marcelo Braga Nascimento, que não fica na retórica e tem uma ação prática louvável e

inédita. Ele é o responsável pelo projeto de embandeiramento da cidade de São Paulo, o que inclui a instalação de uma bandeira nacional gigante, com 56 m², a maior do município, em um mastro de 31 metros de altura, fixada bem no centro do Largo da Batata, próximo à Estação Faria Lima do Metrô, palco histórico de manifestações políticas da capital paulista.

A meta é mais arrojada e começou com a instalação de bandeiras em todos os escritórios da Braga Nascimento e Zilio, um conjunto de sete casarões na rua Estados Unidos, no Jardim América. Depois, o passo seguinte tem grande visibilidade e atrai a curiosidade de quem passa pela avenida Brasil, onde já estão hasteadas 28 bandeiras, da avenida Rebouças até a avenida

andeira advogado r patriotismo

Brigadeiro Luis Antônio. A maior delas tem 25 metros, fixada em frente ao Monumento às Bandeiras, uma das maiores esculturas do mundo e um marco da cidade, homenagem aos bandeirantes paulistas que desbravaram os sertões nos séculos 17 e 18, de autoria do escultor ítalo-brasileiro Victor Brecheret.

Para dar corpo ao seu projeto de contribuição para um Brasil melhor, o advogado José Marcelo Braga Nascimento criou uma entidade, a Associação Eu Amo o Brasil (EAB), que encampa a Campanha Embandeirando São Paulo e banca todos os custos. Que não são poucos, pois envolve projeto de arquitetura, aprovação em órgãos oficiais do município, além da estrutura em concreto e ferragem, antes de receber o pavilhão nacional.

A intenção era antiga, mas não contava com aliados na administração municipal paulistana que entendesse o espírito patriótico. Hoje, a proposta tem um parceiro, o prefeito João Dória, que já instalou bandeiras no muro de sua casa e na sacada do gabinete na Prefeitura. Na esteira da motivação, os prefeitos regionais também disputam para ver quem consegue ter mais bandeiras – e maiores – nas áreas onde administram. As prefeituras regionais montaram uma força tarefa para pedir aos prédios privados do centro que reformem suas bandeiras



José Marcelo Braga Nascimento, advogado da Braga Nascimento e Zílio Advogados

ou providenciem uma.

Também foram colocadas bandeiras no Vale Anhangabaú, Pátio do Colégio e dezenas de praças. Até a Secretaria de Abastecimento do Estado foi acionada para trocar da bandeira do Mercado. “Essa foi uma solicitação do prefeito para despertar o espírito cívico da população”, afirmam assessores municipais.

O advogado José Marcelo Braga Nascimento afirma que não tem qualquer pretensão política. O prefeito João Dória tem elogiado o nacionalismo da campanha. “A reverência à bandeira é sempre um elemento de respeito pela instituição. Em praças e parques públicos que reformamos e recuperamos colocamos o pavilhão das bandeiras - do estado, capital e Brasil”, disse o prefeito.

Braga Nascimento tem em seus planos ver bandeiras tremulando também nas marginais Tietê, Pinheiros e nas grandes avenidas de São Paulo. “Não apenas da capi-

tal – ressalta ele – pois gostaria que todos os prefeitos fizessem o mesmo nas suas cidades, para estimular as pessoas a voltarem a respeitar e acreditar no Brasil”.

É fácil notar um brilho especial nos olhos do Dr. Braga Nascimento, pai de sete filhos formados e encaminhados em suas profissões, quando ele começa a enumerar o potencial do Estado de São Paulo: “Este é o maior Estado do mundo, o maior em plantio de laranja, na produção de álcool etanol, maior produtor de açúcar, de café, que tem o maior museu do hemisfério Sul, o MASP, uma das melhores universidades do mundo, a USP, com suas faculdades renomadas que formam engenheiros, advogados, médicos. E temos também hospitais padrão internacional como o Sírio e o Einstein”.

A lista não pára e ele transpõe ao enumerar as riquezas paulistas e começa a falar do Brasil: “Temos uma miscigenação de raças, não temos conflitos raciais, nosso lito-



ral é enorme, nossas estradas dão inveja e são tão boas quanto de qualquer país”.

Mas com tudo isso, qual a raiz do problema das constantes crises e da endêmica corrupção em todos os níveis? Braga Nascimento resume: “Falta patriotismo. As pessoas precisam ter orgulho de serem brasileiras. Aqui só se ouve falar mal de tudo, como se as coisas de fora fossem melhores. Nosso povo se sente inferiorizado e isso é o que precisa mudar”.

Para ele, a reação deve ser motivacional. “Temos de reerguer o orgulho do nosso povo”, diz. E completa: “A bandeira é o maior símbolo, que deve catalisar o sentimento nacional de valorização do que temos de melhor”.

José Marcelo Braga Nascimento não faz da sua proposta uma ideia isolada da realidade complicada

do Brasil de hoje. “A corrupção é outro país. Por isso, o nosso repúdio. Nós, brasileiros, não somos isso que está sendo apurado pela Justiça. Nós trabalhamos, produzimos, criamos, salvamos, desenvolvemos. Essa corrupção toda não tem nada a ver com a gente, com quem levanta de madrugada para trabalhar”.

Ele defende reformas, mas acredita que somente resgatando a autoestima dos brasileiros será possível surgir uma nova consciência da população, em defesa do seu país. É uma tarefa difícil, ele reconhece, ainda mais sabendo que a poucos quarteirões distantes de seu escritório, na rua Estados Unidos, o escritório paulista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil não tem uma bandeira nacional. “É triste isso!”, diz ele.

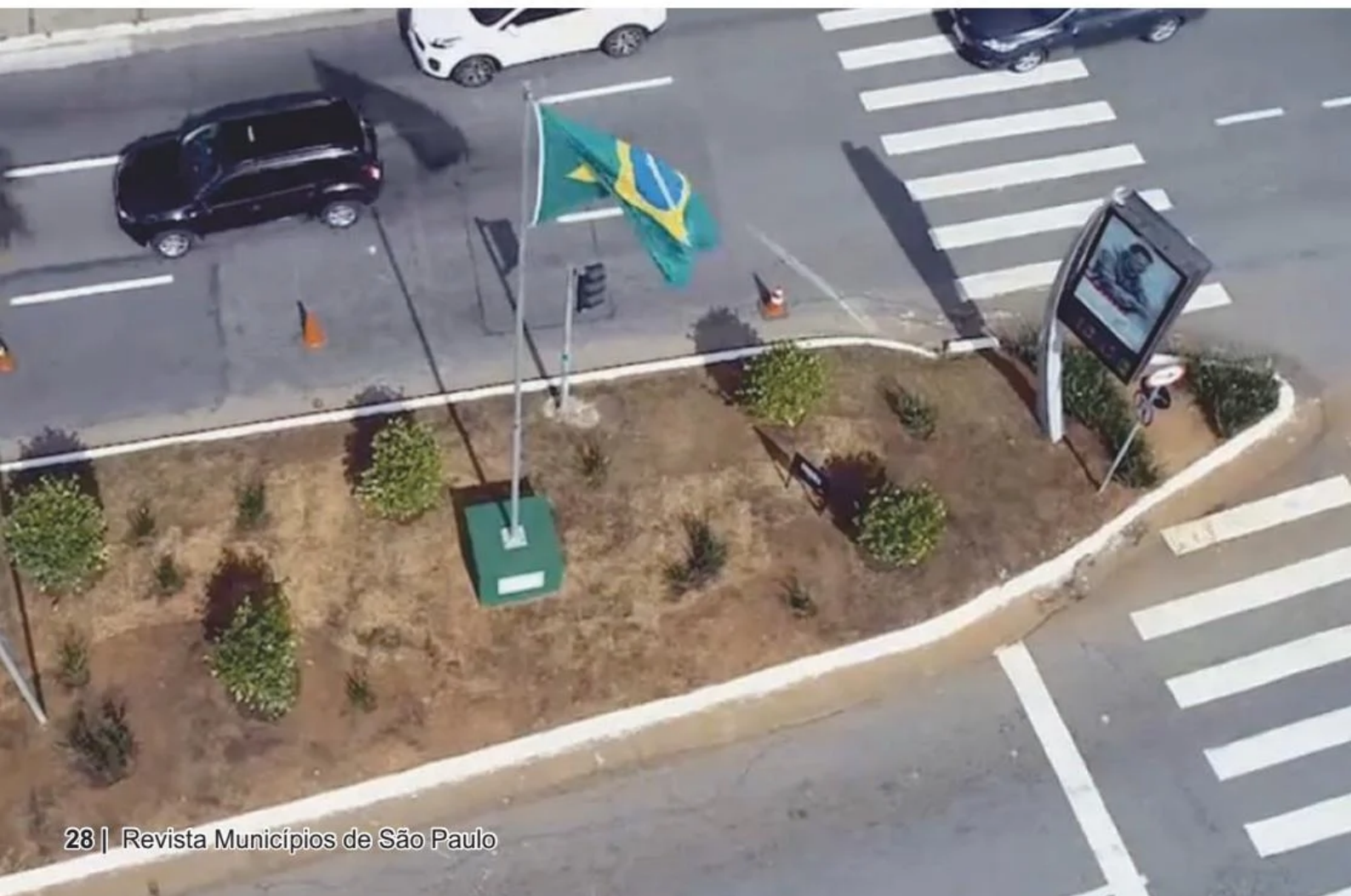
O advogado faz um paralelo

com o que já viu em outros países, como na Alemanha. “Uma vez vi um motorista jogando casca de fruta pela janela do veículo. Uma pessoa viu, recolheu e jogou de volta dentro do carro. Por que? Porque eles defendem o solo do seu país, não permitem vandalismo”.

A realidade de hoje, ele reconhece, é diferente de seus dias de estudante. “Tínhamos matéria de Educação Moral e Cívica e no meu colégio toda semana havia cerimônia de hasteamento da bandeira e entonação do hino nacional. Hoje onde tem isso?”

O resultado prático ele mesmo comenta: uma pesquisa da Folha de S. Paulo revelou que 47% dos brasileiros sentem vergonha de sua nacionalidade. E a pesquisa foi feita antes da última avalanche de corrupção desvendada pela Justiça.

Preocupado com essa situação,





Projeto em andamento: esboço da estátua de Ayrton Senna segurando o capacete e o mastro da bandeira brasileira

José Marcelo Braga Nascimento começou a dar bandeiras do Brasil a seus amigos. A reação foi excelente e, então, seus planos ganharam proporção, mais ou menos nos moldes que já existem em outros países, como os Estados Unidos e o Canadá. “A chave para enfrentar o sentimento de inferioridade é reacender o patriotismo e mostrar que o Brasil é uma nação linda e com excelentes chances de oportunidades para quem trabalha com seriedade”, comenta.

Ser o patrocinador da maior bandeira brasileira na cidade de São



Paulo e ter planos para ainda este ano ver as marginais com flâmulas é pouco para Braga Nascimento. Ele quer, em breve, imortalizar o maior ídolo que o Brasil teve nos últimos tempos, o corredor de Fórmula 1 Ayrton Senna, com uma estátua em tamanho natural e segurando, em um braço, o seu capacete verde e amarelo. E no outro, uma bandeira do Brasil. O projeto está em fase de aprovação pelos órgãos oficiais. O local da instalação será próximo ao Viaduto Ayrton Senna e, embora ainda sem data definida, a inauguração já tem presenças confirmadas de astros da F1.

Outra ação de sua autoria é um enorme painel pintado na Casa dos Municípios, a nova sede da Associação Paulista de Municípios (APM), que será inaugurada em outubro. Proprietário do imóvel, José Marcelo Braga Nascimento encomendou a um artista o mapa de São Paulo com atividades que representam a produção do nosso Estado. (Veja reportagem à página 30).

Na verdade, ele não está sozinho. Andando pelo interior paulista, é possível encontrar mastros com a bandeira brasileira hasteada em vários pontos. Como na rodovia Castelo Branco, por exemplo. “Espero que cada prefeito também incentive”, diz.

Já com muitos admiradores e parceiros nessa campanha, Braga Nascimento diz que se sente uma espécie de bandeirante moderno. “Precisamos conquistar de novo o nosso Brasil. Temos muita riqueza e se os brasileiros tiverem autoestima, podemos fazer dele um país grande, porque nenhum outro tem as belezas do Amazonas à Foz do Iguaçu”, diz ele, para concluir: “Em minhas veias corre sangue brasileiro e sinto muito orgulho disso!”



Casa dos Municípios: A nova sede da APM

Inauguração
05/10/2017
Agende essa data

Com mais conforto, ampla e até um auditório, a Associação Paulista de Municípios (APM) está em uma nova sede na Capital Paulista, para receber prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais e gestores públicos.

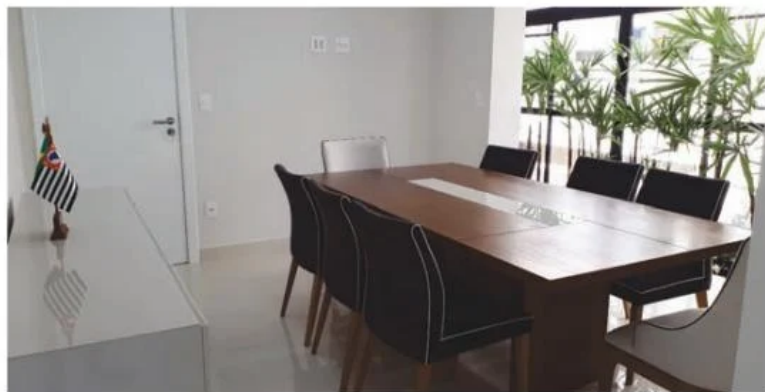
“Agora o conceito é mais amplo, somos a Casa dos Municípios”, diz o presidente da entidade, Carlos Cruz. “É um local de aglutinação e compartilhamento, para os

municípios paulistas utilizarem quando estiverem na Capital para resolverem questões de interesse de suas comunidades”, complementa.

A nova sede da APM contará, também, com uma sub-sede da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A CNM possui os mesmos princípios da Associação: promover a autonomia dos municípios com novas iniciativas políti-

cas e sociais.

Localizada na Rua Araçari, 125 no bairro Itaim Bibi, zona Oeste da Capital, a nova sede oferecerá condições para reuniões e discussões de projetos, que poderão ser feitos com mais conforto e segurança, com uma novidade: os prefeitos terão um local exclusivo, munido de telefone e tecnologia de ponta para “despachar” quando estiverem em São Paulo.





Painel idealizado pelo advogado e locador do imóvel, José Marcelo Braga Nascimento, destaca as riquezas do Estado de São Paulo

“A mudança de ambiente promove a dinamização dos serviços oferecidos pela APM. A ‘Casa dos Municípios’ está à disposição de todos”, diz o presidente Carlos Cruz, lembrando que a APM não gastou absolutamente nada com a mudança. “Não tivemos investimento algum”, explicou Carlos Cruz. O proprietário do imóvel, o advogado José Marcelo Braga Nascimento arcou com toda a reforma,

inclusive um elevador e um painel com o mapa de São Paulo pintado em uma parede com detalhes de vários setores de produção que caracterizam o estado paulista.

“Este painel faz justiça com o potencial paulista, mostrando segmentos do seu trabalho e sua potencialidade. Somos hoje um Estado-País, tão grande e tão gerador de trabalho e riquezas”, disse o locador, José Braga Nascimento.

O valor do aluguel do prédio é o mesmo do anterior, embora tenha mais do dobro do tamanho. O mobiliário da nova sede da APM também não teve gasto algum da entidade. Os móveis foram cedidos em parceria com a Dunelli Moveis, Patrícia Hagobian Arquiteta de Interiores e Casacor. A data de inauguração será em 5 de outubro, com a presença confirmada do governador Geraldo Alckmin.



A nova sede da APM conta com amplas salas e espaços para receber gestores municipais em São Paulo



A Lei 13.019/2014 e as emendas impositivas

As controvérsias, dúvidas e discussões acerca da Lei 13.019/2014, que regula as novas parcerias entre a Administração Pública e as chamadas entidades do Terceiro Setor, continuam no cenário jurídico dos Municípios, fazendo parte da rotina da Administração.

Ultimamente surgiu a dúvida a respeito das emendas impositivas diante da referida Lei: será que as emendas impositivas estão submetidas ao regramento da Lei 13.019/2014?

Antes de quaisquer considerações, cumpra-nos contextualizar a matéria.

Esta Lei estabeleceu a nova disciplina para o repasse de recursos públicos às organizações da sociedade civil, o que deve ser feito por meio de parcerias entre estas e a Administração Pública.

Essas parcerias devem ser formalizadas por meio de Termo de Fomento, Termo de Colaboração ou Acordo de Cooperação, conforme o caso¹.

Em regra, a celebração dessas parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil deve ser precedida de chamamento, que é o procedimento destinado a selecionar a entidade parceira.

O chamamento deve necessariamente observar os princípios que regem a Administração Pública, quais sejam, os princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao



instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A própria Lei traz as hipóteses em que o chamamento não se realizará, nos termos dos artigos 30 e 31.

As emendas impositivas estão sim submetidas ao regramento da Lei 13.019/2014. Isso significa que as entidades que serão beneficiadas deverão cumprir todos os requisitos exigidos, bem como celebrar o termo de colaboração ou termo de fomento, atendendo, ainda, as regras relativas à prestação de contas.

Contudo, na hipótese de repasse de recursos às organizações da sociedade civil por meio de emendas impositivas, poderá ser dispensada a realização do chamamento público, por força do disposto no artigo 29 da Lei, que contém essa previsão de maneira expressa.

Em outras palavras, as emendas impositivas devem observar os

ditames da Lei 13.019/2014, com o diferencial de que, nesses casos, não há necessidade de realização de chamamento público para a seleção da organização da sociedade civil com a qual a Administração celebrará a parceria com vistas a efetivar o repasse.

Nota:

¹Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).

STF: Legitimidade das Câmaras municipais para julgar as contas dos prefeitos

Acaba de vir a lume acórdão do Supremo Tribunal Federal que enfrentou uma das questões mais polêmicas no âmbito das Administrações Municipais: quem detém legitimidade para julgar as contas dos prefeitos, considerando-se que, na leitura dos comandos constitucionais de regência, é inegável a existência de duas categorias de contas: as contas de governo e as contas de gestão?

Mas, antes de tecer considerações sobre o tema, é oportuno transcrever a ementa da decisão do STF:

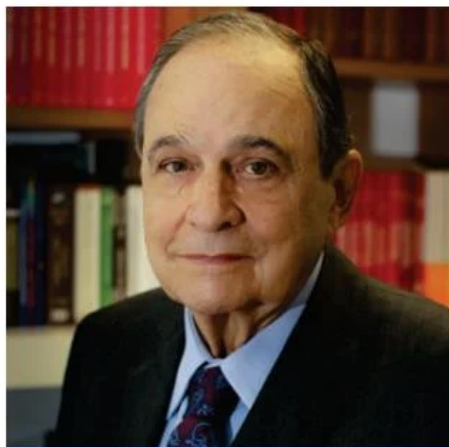
Ementa: Recurso Extraordinário. Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal. Parecer Prévio do Tribunal de Contas. Eficácia Sujeita ao Crivo Parlamentar. Competência da Câmara Municipal para o julgamento das Contas de Governo e de Gestão. Lei Complementar 64/1990, Alterada pela Lei Complementar 135/2010. Inelegibilidade. Decisão Irrecorrível. Atribuição do Legislativo Local. Recurso Extraordinário Conhecido e Provido.

I - Compete à Câmara Municipal o julgamento das contas do chefe do Poder Executivo municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas, que emitirão parecer prévio, cuja eficácia impositiva subsiste e somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da casa legislativa (CF, art. 31, § 2º).

II - O Constituinte de 1988 optou por atribuir, indistintamente, o julgamento de todas as contas de responsabilidade dos prefeitos municipais aos vereadores, em respeito à relação de equilíbrio que deve existir entre os Poderes da República (“checks and balances”).

III - A Constituição Federal revela que o órgão competente para lavrar a decisão irrecorrível a que faz referência o art. 1º, I, g, da LC 64/1990, dada pela LC 135/2010, é a Câmara Municipal, e não o Tribunal de Contas.

IV - Tese adotada pelo Plenário da Corte: “Para fins do art. 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar 64, de



Antônio Sérgio Baptista

18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores”.

V - Recurso extraordinário conhecido e provido.

No âmbito da Suprema Corte os debates a respeito do tema foram intensos – os votos e discussões antecedentes se espalharam por 193 páginas – e o resultado foi por maioria de um voto, vencido o relator Ministro Luiz Roberto Barroso.

Analisando detidamente a ementa do acórdão conclui-se que a partir de agora o STF decidiu que as Câmaras detêm competência constitucional para julgar todas as contas dos prefeitos, tanto as de governo, que são aquelas sujeitas a uma avaliação política, quanto as de gestão, sujeitas a uma avaliação técnica, sendo oportuno lembrar, neste passo, que a submissão destas últimas ao julgamento das Câmaras somente ocorrerá quando o prefeito for o ordenador da despesa.

Sem dúvida, é este o sentido da expressão grafada no decísium “...atribuir, indistintamente, o julgamento de todas as contas de responsabilidade dos prefeitos municipais aos vereadores...”.

Portanto, nos casos das contas de gestão, especialmente contratos e convênios, se houver delegação de competência para outro agente político: secretário municipal, por exemplo, ou para servidor, a legitimidade para julgar as contas será do Tribunal de Contas, despidendo lembrar que é indelegável a responsabilidade pelas contas de governo, que são aquelas que “o Prefeito deve anualmente prestar” (CF, art. 31, § 2º).

Mas não é só! Outro viés importante, grafado na ementa, tem a ver com o reconhecimento da “eficácia impositiva” do parecer prévio do Tribunal de Contas que “subsiste” enquanto não for apreciado pelas Câmaras Municipais afastando, definitivamente, a execrável figura do decurso de prazo.

A decisão do STF, apesar de ter sido discutida e concluída na sessão plenária de 10 de agosto de 2016, somente agora ganha eficácia, inclusive com reconhecimento de Repercussão Geral e, portanto, deve ser aplicada em casos idênticos em curso nas instâncias inferiores.

Concluindo, a decisão provoca certa perplexidade, na medida em que (i) fortalece as competências dos legislativos municipais e (ii) diminui, significativamente, as competências dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais! É preocupante!

Antônio Sérgio Baptista é advogado, especialista em Direito Público, presidente do Instituto Brasil-Cidade, diretor da ACTIO, coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM.



A Educação para todos como agente transformador

Um dos grandes desafios da nossa sociedade é promover vida digna e igualdade de oportunidades aos cidadãos. Afinal, só existe uma sociedade fortalecida com a participação de todos.

Diante das inúmeras dificuldades apresentadas, a meu sentir, um dos caminhos que conduzem a esse resultado é investirmos numa educação que contemple os diferentes alunos, em todas as modalidades de ensino, oferecendo, quando necessário, educação inclusiva e especial de qualidade a quem precise. Certo é que a instrução e conscientização tornam o homem capaz de lutar e buscar por seus direitos.

Dúvidas não nos assistem de que é preciso, no trilhar desse processo, da conjugação de esforços dos entes federativos, de forma a fortalecer os Municípios, uma vez que são eles que suportam as maiores demandas – ensino de base, pré-escola e fundamental - e convivem de perto com grande parte dos problemas a serem enfrentados na educação.

Alia-se a isto o fato de que as etapas educacionais mais importantes no desenvolvimento do caráter do cidadão e na possibilidade de inclusão no processo educacional concentram-se na faixa etária cuja responsabilidade em fornecê-la cabe aos Municípios.

Dessa forma, sem sombra de dúvidas, desde que estruturados financeiramente, possuem melhores condições de serem agentes transformadores, cujo papel é desempenhar o cumprimento de um dos direitos fundamentais mais relevantes: a educação de qualidade para todos.

Fixados esses pontos, cumpre salientarmos que a legislação brasileira é farta em reconhecer a educação como um direito sem exceções. Dian-



Alessandra Trigo

te disso, ela deixa claro que, quando indispensável, deve ser ofertada de forma a proporcionar ao aluno todos os meios para sua efetiva participação e desenvolvimento. Nesse sentido, rezam, dentre outros, os artigos 205, 208, III da CF; artigos 27 a 33 da Lei Brasileira de Inclusão.

Seguindo nessa linha de raciocínio, para que a educação cumpra o seu papel é essencial que ela assegure educação inclusiva e especial de forma plena visando promover o empoderamento da pessoa com deficiência.

Abra-se parênteses para esclarecermos que educação inclusiva é aquela em que convivem na mesma sala de aula o aluno com deficiência e o aluno sem deficiência. A seu turno, educação especial é aquela em que para o melhor desenvolvimento das potencialidades do aluno com deficiência são criadas salas de aula especiais para atender às suas particularidades com o objetivo de atingir sua melhor aprendizagem.

Não posso aqui deixar de ponderar que sou defensora da educação inclusiva, quando possível. Ela beneficia todo o grupo, eis que promove o conhecimento das diferenças

fazendo com que desperte o sentimento de solidariedade levando a uma maior aceitação social. Por outro lado, existem alunos com deficiência que, para sua maior evolução e desenvolvimento, a disponibilização de salas de aula especiais se fazem imprescindíveis, pois requerem um ensino totalmente voltado às suas particularidades. São exemplos: surdo e autista (que não seja o grau leve).

Assim sendo, a escolha da educação inclusiva ou especial deve levar em consideração o melhor resultado para o aluno e não a contenção de despesas ou o possível despreparo da equipe multidisciplinar. Utopia!??? Talvez. Precisamos sonhar e lutar por um mundo melhor e igual em oportunidades.

Se analisarmos a história verificaremos que, em vários países, os direitos da pessoa com deficiência caminham em constante evolução.

Estamos no caminho do modelo ideal, uma vez que os legisladores votem e mantenham uma legislação que respalde o direito de aplicação da lei ao caso concreto. Pensar positivo, porque não acontecendo a máquina emperra e faz com que todos percam esperanças e soluções.

Sob essa perspectiva, apresentamos como proposta uma maior destinação financeira para os Municípios por parte dos demais entes federativos, com o desiderato de utilização na educação inclusiva e especial.

Sábias são as palavras de Nelson Mandela: “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

Alessandra Trigo é servidora pública federal, com deficiência física (Osteogênese Imperfecta), mestre em Direito Constitucional, palestrante e autora do livro “Oi, Não é o Fim, é Só o Começo”.



FUNDAÇÃO IVETE VARGAS

PESQUISA E EDUCAÇÃO POLÍTICA

A Fundação Ivete Vargas é um ente jurídico de direito privado, instituído pelo Partido Trabalhista Brasileiro, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. Embora seja um órgão partidário, a FIV se reserva o direito à isenção científica e à liberdade de expressão, estando aberta à participação de todas as correntes de pensamento. Entre os trabalhos já realizados, a Fundação tem a honra de apresentar suas cinco publicações. Para conferi-las na íntegra, acesse nosso site: www.fiv.org.br.

Getúlio Vargas: um legado político

Compreender Getúlio Dornelles Vargas é entender o Brasil dos séculos XIX e XX, que foi o protagonista essencial da inclusão de todas as classes na política brasileira. É com ele que a nação brasileira começa a se cristalizar e a se fortalecer. A partir do trabalho de Ramon Franco, a obra tem o objetivo de apresentar o legado de Vargas.



Candido Mariano da Silva Rondon: Relatório da Comissão

O Estado de Mato Grosso, ao longo de sua história, revelou nomes de grandes personagens, nas mais diversas áreas. Com isso, a Fundação observou a necessidade de reproduzir uma parte do trabalho de um talento mato-grossense posto a serviço das causas do povo brasileiro e da defesa do Estado.



Ações Sociais para a Terceira Idade no Rio de Janeiro

A publicação aborda alguns temas relacionados à experiência de vida e os avanços nas legislações sobre os idosos. Mostra as ações que foram implementadas na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (SESQV), criada em 2009, a fim de promover o bem-estar dos idosos no município.



Mato Grosso, por Rai Reis

Na obra Mato Grosso, o fotógrafo Rai Reis brinda-nos com imagens que pincelam artisticamente aspectos naturais e culturais deste Estado rico em biodiversidade. Rai Reis aprecia registrar a rica tradição cultural mato-grossense, pois alguns aspectos vêm se alterando e mesmo tendendo ao desaparecimento nos núcleos mais urbanizados.

O Brasil pelos Brasileiros: Relatórios Científicos da Comissão Rondon

O trabalho apresenta os relatórios científicos elaborados pela Comissão Rondon, com a reprodução dos grandes trabalhos científicos realizados pela Comissão nas mais diferentes áreas do conhecimento, tais como Botânica, Zoologia, Etnografia, Linguística, Geologia, Medicina, entre tantas outras.



FUNDAÇÃO
IVETE VARGAS
www.fiv.org.br

📍 SCLN 303, Bloco C, sala 205 - Asa Norte, Brasília, DF

✉ contato@fiv.org.br

☎ 61 33261648

f /fivetevargas

t @fivetevargas



A Cidade como uma Plataforma Digital

**Esse
ecossistema
pode mudar
a realidade das
cidades brasileiras**

Por Maurício Casotti

Atualmente observamos o rápido crescimento da sociedade conectada e os seus efeitos sobre os hábitos e as relações entre as pessoas e as instituições. Destaca-se entre as mudanças de comportamento já percebidas nos cidadãos hiperconectados o ritmo muito mais intenso de consciência coletiva (acesso e compartilhamento de informação) e a expectativa de novos patamares de qualidade, agilidade e transparência, além de novas possibilidades de interação.

Na era da conectividade perversa, onde pessoas e “coisas” permanecem conectadas a todo o momento e em qualquer lugar, o futuro das cidades se baseia cada vez mais na sua capacidade de usar os seus recursos de maneira ágil e estratégica – premissa básica das Cidades Inteligentes.

O modelo convencional ao qual estamos acostumados e que define as cidades como lugares geofísicos, vêm sofrendo grande pressão para evoluir. Os cidadãos agora vivem suas vidas em todos os tipos de espaços virtuais hiperconectados, interagindo com informações em tempo real, dispositivos inteligentes, bases de dados de acesso remoto e crowdsourcing participativo.

Neste contexto, a experiência é distribuída, não centralizada. Já a governança é resultado da habilidade de coleta e cura de informações que visam transformar o ambiente econômico e social da cidade. Em face às restrições de orçamento e as necessidades públicas crescentes, as cidades devem começar a pensar sobre como capitalizar recursos ou valor (soluções para os desafios do município) provenientes de seu ecossistema local.

Entre os benefícios esperados a partir desse ambiente hiperconectado é a possibilidade da aplicação do conceito de Internet das Coisas (ou Internet of Things – IoT), visando habilitar melhorias dos serviços públicos prestados à população, aumentar a transparência e a eficiência da administração, promover a inclusão digital e a inovação aberta como elemento catalisador do desenvolvimento socioeconômico para todo o ecossistema local (empresas, startups, colégios técnicos e universidades).

O ecossistema provendo inovação e geração de valor

O ecossistema municipal é composto por pessoas, empresas e agentes públicos que estabelecem relações entre si na execução de suas atividades. Esse ecossistema pode ser fortalecido por meio de cinco

A CIDADE COMO PLATAFORMA



dimensões a serem consideradas para o desenvolvimento dos municípios.

- Foco na jornada do cidadão – o acesso à internet por meio dos smartphones permite criar novas experiências e formas de comunicar e engajar os seus cidadãos, além de oferecer condições para incentivar o empreendedorismo na criação de novos produtos e serviços.

- Ecossistema como direcionador para o equilíbrio social e econômico – cada cidade possui e precisa alinhar um ecossistema em torno dela. Essa vocação pode ser agrária, turismo, tecnologia, entre outras. O governo local precisa criar condições favoráveis para o estabelecimento de um ecossistema que reforce seus diferenciais, atraindo empresas, gerando empregos e fortalecendo a economia local.

- As demandas e as ofertas são fluidas no ecossistema – com o ecossistema formado, as ofertas e demandas passam a ser fluidas e o ambiente local se torna sustentável.

- Os dados são a nova moeda – o combustível que movimenta a economia digital são os dados. As cida-

des coletam uma enormidade de dados que, se bem tratados, podem direcionar melhor os investimentos em infraestrutura e serviços públicos, atrair capital privado e aquecer a economia local.

- As redes sociais regulam a reputação e as campanhas – com a popularização dos smartphones e a crescente adoção das redes sociais, eventos que antes ficavam isolados hoje são divulgados de forma ampla e instantânea, afetando a popularidade e a percepção de eficácia dos gestores municipais. Há um novo controle de qualidade social que substitui as tradicionais pesquisas de opinião e popularidade.

A cidade como Plataforma

A confluência de grandes mudanças envolvendo pessoas, dados, infraestrutura e tecnologia estão provendo novas capacidades para as cidades se tornarem inteligentes. A cidade é mais inteligente quando a coleta, integração e análise dos dados, bem como as ações subsequentes, estiverem em linha

com as aspirações do município e suas estratégias visando a sustentabilidade, o bem-estar do cidadão e o desenvolvimento econômico.

Neste contexto, as “Cidades Inteligentes” aproveitam no primeiro estágio de transformação, as possibilidades oferecidas pela Internet das Coisas para desfazer os silos digitais e integrar as pessoas, as coisas e os serviços, coletando dados em tempo real para enriquecer e agilizar o processo de análise e tomada de decisão.

Já num segundo estágio de transformação, as “Cidades Inteligentes” tendem a aproveitar os avanços conquistados para compartilhar com a comunidade (pessoas, empresas e governo) aqueles dados definidos como abertos, visando estimular a inovação e a geração de valor, por meio da criação de novos serviços ou pela composição com outros dados ou informações. Os dados abertos tornam as “Cidades Inteligentes” mais dinâmicas e flexíveis, tanto para promover a cooperação transetorial no âmbito da governança municipal, quanto para engajar os atores locais (empresas,

startups, colégios técnicos e universidades) e compor um ecossistema de inovação aberta, o que caracteriza a “cidade como uma plataforma digital”.

Desta forma, o conceito de “cidade como plataforma” preconiza que o município seja um facilitador para a composição do ecossistema, sendo o meio por onde as relações são construídas. As pessoas podem mais facilmente conectar as suas habilidades com as ofertas de trabalhos, as suas preferências sociais com grupos de perfis semelhantes, ou seja, os dados são muito mais abundantes e variados, especialmente com o uso de banda-larga, wi-fi, a computação em nuvem e os smartphones.

A cidade como plataforma é exatamente o mecanismo de orquestração das relações no ecossistema. Essas relações se estabelecem facilitando três capacidades de troca entre produtores e consumidores: Informação, Valor, Produtos e Serviços.

Enfim, através dessas novas tecnologias tem-se o poder de trans-

formar o ambiente econômico e social da cidade, no sentido de promover:

- A interação em rede dos atores do ecossistema local
- Ambientes de colaboração
- A inovação e o desenvolvimento local, trazendo melhoria na qualidade de vida, empregos de maior qualificação e recursos financeiros à cidade.

Todo município que visa alcançar o reconhecimento de Cidade Inteligente deve conseguir apresentar evidências sobre os avanços conquistados em relação a sua capacidade de fazer uso massivo da tecnologia para aumentar a eficiência da gestão pública (p.ex. organização, controle, serviços, gastos e tributação), melhorar o consumo de recursos (p.ex. energia elétrica, água e resíduos), criar novas experiências e formas de comunicar e engajar os seus cidadãos, além de oferecer condições para incentivar o desenvolvimento econômico local.

Esta jornada de transformação

tem como primeiro passo a definição das aspirações o município como “Cidade Inteligente” e, a partir desta visão, mapear as condições locais em termos de capacitação, competências, infraestrutura de TIC e potenciais atores do ecossistema visando esta nova realidade da “cidade como uma plataforma digital”.

O universo de dados disponíveis na gestão pública deve ser analisado e categorizado com base na política do município para a coleta e governança dos “dados abertos”. Estes dados devem ser compartilhados por meio de uma plataforma IoT aberta (open source), que deve estar acessível a qualquer interessado em criar aplicações ou novos serviços de valor agregado.

Aberta também no sentido de inovação aberta, onde dados em tempo real de dispositivos como, por exemplo, sensores ou imagens de câmeras, possam ser utilizados por empresas, startups ou provedores de serviço para integrar com outros dados e na plataforma e os resultados disponibilizados a todos.

Desta forma, a plataforma - operada por ou em nome de uma cidade - constitui a base para uma sociedade aberta e digitalizada, mais atrativa para os seus cidadãos e novas empresas, e também ajudando o município a racionalizar e melhorar seus próprios processos e serviços públicos.

Maurício Casotti é graduado em matemática pela Unicamp e MBA Executivo com concentração em Gestão de Empresas e Complementação em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM. Com experiência de 31 anos na área de Tecnologia da Informação e Comunicações, atuando em diversas frentes desde o desenvolvimento de software, gestão de projetos, vendas e marketing. Trabalha atualmente na área de marketing com foco Internet das Coisas e Transformação Digital.



“Nós tendemos a pensar no governo como fazendo coisas... mas também devemos pensar no governo como uma plataforma que permite que as coisas aconteçam.”

TIM O'REILL

Como prevenir a judicialização das políticas públicas?

Por Alessandra Gotti

A resposta para essa pergunta foi discutida na palestra “Grandes Questões, Soluções Estratégicas”, que ministrei no dia 19 de julho na 6ª edição do “Seminário de Gestão Pública Fazendária”, um dos maiores do segmento no Brasil, realizado em parceria entre a Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e o Fórum Permanente de Secretários e Diretores Municipais de Finanças e Fazenda do Estado de São Paulo (SEFIN-SP).

O fenômeno da judicialização das políticas públicas tem impactado de maneira crescente o orçamento dos entes da federação brasileira, comprometendo o planejamento e importante parcela dos recursos humanos e financeiros destinados ao atendimento da população.

No Estado de São Paulo, muito embora a população tenha crescido 4% no período de 2011 a 2015, o “Índice de Judicialização da Saúde”, indicador criado pela Secretaria Estadual de Saúde, considerando o número de ações judiciais propostas em relação ao número de habitantes, cresceu 46%. O Município de Barretos lidera a judicialização da saúde, em 2015, com 30,01 ações por 10 mil habitantes, seguido de Marília (14,26), Ribeirão Preto (19,08) e São José do Rio Preto (14,31), enquanto a média do Estado é de 4,06 ações por 10 mil habitantes.

Como o dever de prever assistência à saúde é compartilhado entre União, Estados e Municípios, há uma intensa judicialização também em face dos Municípios. Segundo dados das ações envolvendo fornecimento de medicamentos, no período de 2012-2017, disponibilizados pela Secretaria de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de

São Paulo, figuram em posição de destaque no quesito “volume de ações” os Municípios de Jundiaí (3.261 processos), Jaú (2.385 processos), Limeira (1.990 processos) e Ribeirão Preto (1.762 processos), enquanto, no quesito “valores envolvidos”, destacam-se Jundiaí (R\$ 99.159.050,97), Franca (R\$ 23.383.737,09), Limeira (R\$ 15.300.404,02) e Americana (R\$ 14.662.038,54).

O imbróglio não é menor na área da educação, sobretudo na etapa da educação infantil de 0 a 3 anos, com centenas e centenas de ações ajuizadas para pleitear vagas em creches. Campinas, Sorocaba e São Paulo são alguns dos Municípios onde a judicialização é mais intensa.

Mas será que esse é um problema insolúvel?

Uma experiência inovadora do Município de São Paulo envolvendo a educação infantil, cujos detalhes foram apresentados na Palestra, demonstrou que, no caso de ações já ajuizadas, é possível a adoção de uma nova engenharia jurídica, em diálogo com o Poder Executivo, a partir da elaboração de um Plano de Expansão da rede de atendimento, que preveja um cronograma para sua implementação ao longo do tempo. Um diferencial neste *leading-case*, foi a atribuição do monitoramento a um Comitê de Assessoramento à Coordenadoria da Infância e Juventude, integrado pelo Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Município, movimentos sociais e especialistas na área, que, em reuniões semestrais com a Secretaria Municipal de Educação, discutem os avanços e desafios a serem enfrentados.

A solução para a judicialização

das políticas públicas pode, por outro lado, partir de uma outra rota, tendo como protagonista o próprio Poder Executivo. Após um planejamento minucioso, com o diagnóstico do grau de atendimento da população (e demanda represada) e do perfil da judicialização no segmento, a adoção de ações como a estruturação de uma Governança, que favoreça o trabalho com articulação e sinergia de ações setoriais e inter-setoriais, e a criação de instâncias de diálogo com o Sistema de Justiça podem trazer bons resultados no caminho para a desjudicialização.

Para facilitar esse diagnóstico, a Associação Paulista de Municípios - APM e o Conselho Regional de Administração de São Paulo - CRASP, por meio de um Convênio de Cooperação, pretendem levantar dados, por formulário digital, para subsidiar os Municípios nesta etapa essencial do planejamento, o que em breve deverá ser divulgado com maior detalhamento.

Em uma época em que se clama pela renovação e por soluções inovadoras para velhos problemas sociais, apostar em um novo formato de resolução dos pleitos sociais pode ser a chave para soluções mais sustentáveis, que concretizem os direitos da população, com controle orçamentário e menor endividamento dos Municípios.

Alessandra Gotti é sócia de Hesketh Advogados, Doutora em Direito do Estado pela PUC/SP, Membro Titular do Comitê de Assessoramento à Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSP, Consultora da UNESCO, Consultora da Câmara de Educação Básica do CNE - Conselho Nacional de Educação e Membro do GEAL - Grupo de Administração Legal do CRASP - Articuladora da Célula de Soluções Estratégicas.

Cartas geotécnicas municipais:**Pesquisador
Omar Yazbek Bitar**

Obrigatórias para plano diretor e projetos e parcelamento do solo urbano

A carta geotécnica é uma ferramenta de planejamento surgida há mais de um século na Europa. No início, objetivava subsidiar a construção de obras de engenharia, mas a partir de meados do século XX, com o crescimento das cidades e dos problemas ambientais, passou a contemplar também o planejamento territorial, bem como a gestão de riscos e a prevenção de desastres. Atualmente, encontra-se prevista em políticas públicas de vários países e sua obrigatoriedade no Brasil foi instituída há cinco anos, por meio da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC - Lei Federal 12.608/2012).

Apresentada geralmente na forma de um conjunto de documentos cartográficos e textuais, a carta geotécnica sintetiza as características do meio físico em determinada área e as medidas que devem ser adotadas para que o uso e a ocupação do solo sejam realizados de modo seguro e ambientalmente adequado. Trata-se de uma tecnologia que vem evoluindo no País desde a década de 1970, com diversos métodos de elaboração desenvolvidos desde então e hoje disponíveis em trabalhos publicados em eventos e revistas técnico-científicas.

Introdução da obrigatoriedade legal

A edição da PNPDEC foi motivada por uma série de desastres ocorridos no País, como os associados aos deslizamentos de 2008 em

SC, inundações de 2010 em AL e PE e corridas de massa de 2011 na região serrana do RJ, que acarretaram mais de mil vítimas fatais, além de danos materiais expressivos. Dirigida a municípios sujeitos a processos geológicos ou hidrológicos de grande impacto, a PNPDEC inclui as ações de mapeamento entre seus princípios, buscando promover a identificação das áreas suscetíveis, bem como as áreas aptas à urbanização e as áreas de risco.

Entre as normas legais introduzidas pela PNPDEC, salientam-se as alterações efetuadas no Estatuto da Cidade (EC - Lei Federal 10.257/2001), que estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor Municipal (PDM) nos municípios que possuem áreas suscetíveis a processos de grande impacto. A PNPDEC determina que o PDM contenha o mapeamento das áreas suscetíveis, exigindo, ainda, que a identificação e o mapeamento de áreas de risco levem em conta as cartas geotécnicas. No caso de SP, conforme a Constituição Estadual em vigor desde 1989, todos os municípios estão obrigados a elaborar o PDM e, para tanto, em razão das novas normas, devem considerar as diretrizes contidas nas cartas geotécnicas municipais.

A PNPDEC introduziu também um novo dispositivo na norma que regula o parcelamento do solo urbano, conhecida como Lei Lehmann (Lei Federal 6.766/1979), igualmente para os municípios que abrigam áreas suscetíveis a processos

que podem gerar desastres. Esse dispositivo vincula a aprovação de novos projetos de parcelamento do solo ao atendimento dos requisitos contidos na Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização (CGAU). Cabe observar que a PNPDEC (datada de abril/2012) estabeleceu uma regra de transição com carência de dois anos para que os municípios se adaptassem. Portanto, em municípios com áreas suscetíveis, hoje não se deve admitir a aprovação de novos projetos de loteamentos ou desmembramentos sem que sejam considerados os requisitos da CGAU. E se o município não possuir a CGAU, deve-se então priorizar quanto antes sua elaboração.

Na norma que dispõe sobre a transferência de recursos da União a estados e municípios para atuação no tema (Lei Federal 12.340/2010), a PNPDEC fixou cinco requisitos que as prefeituras devem demonstrar ao pleitear apoio financeiro: I- mapeamento de áreas suscetíveis, expresso na forma de uma carta de suscetibilidade; II- plano de contingência de proteção e defesa civil, que inclui a elaboração de uma carta de risco; III- plano de implantação de obras e serviços, baseado também na carta de risco; IV- mecanismos de controle e fiscalização; e V- a CGAU propriamente dita. Ao mesmo tempo, a PNPDEC prevê que a União e os estados devem auxiliar os municípios a alcançar esses requisitos (nos quais se inclui a elaboração das cartas geotécnicas) e, assim,

habilitaram-se ao apoio financeiro.

Desse modo, além de obrigatórias em face do EC e da Lei Lehmann, as cartas geotécnicas são necessárias também para que o município atenda aos requisitos que lhe permitirão obter recursos federais para atuar na prevenção de desastres.

Tipos de cartas geotécnicas requeridas pela legislação brasileira

Tendo em conta os requisitos da PNPDEC e as discussões realizadas em eventos técnicos nacionais e regionais promovidos após sua edição, impõem-se, aos municípios que possuem áreas suscetíveis, a elaboração dos seguintes tipos de cartas geotécnicas, diferenciadas de acordo com sua finalidade, abrangência territorial e escala geográfica (Figura 1):

- **Carta de suscetibilidade** (implícita no requisito I do Art. 22 da PNPDEC e do Art. 3A da Lei 12.340/2010), classificando os terrenos em distintos graus quanto à propensão ao desenvolvimento de processos do meio físico que podem gerar desastres naturais

(ex.: baixa, média e alta suscetibilidade a deslizamento ou a inundação-classificação hoje adotada em todo o território nacional pelo Serviço Geológico do Brasil- CPRM e pelo IPT);

- **Carta de aptidão à urbanização** (explícita no requisito V do Art. 22 da PNPDEC e do Art. 3A da Lei 12.340/2010), contemplando o resultado de uma avaliação dos perigos associados a processos do meio físico e das limitações e potencialidades dos terrenos, delimitando as unidades geotécnicas e as recomendações para a segurança dos novos parcelamentos do solo e o aproveitamento de agregados para a construção civil, nas ações de planejamento e gestão territorial e de prevenção de desastres naturais, particularmente em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, conforme definidas pelo PDM ou aprovadas por lei municipal; e

- **Carta de risco** (implícita no requisito III do Art. 22 da PNPDEC e do Art. 3A da Lei 12.340/2010), apontando os setores e edificações em situação de maior ou menor risco (ex.: baixo,

médio, alto e muito alto risco a deslizamento - classificação hoje adotada pelo Ministério das Cidades - MCidades e CPRM em todo o território nacional, bem como pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC/SP, Instituto Geológico – IG e IPT em SP), e envolvendo avaliação de perigo, vulnerabilidade e consequências (perdas e danos), focalizando os assentamentos precários previamente delimitados.

Elaboração e acesso às cartas geotécnicas

Trabalhos realizados em conjunto pela CPRM e IPT, desde 2013, propiciaram o desenvolvimento de um modelo de mapeamento para a elaboração da carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações (CSMGMI), na escala 1:25.000, contendo o zoneamento do território municipal em três classes: alta, média e baixa suscetibilidade (BITAR et al., 2014). Até meados de 2017 haviam sido mapeados 56 municípios em SP, pela CPRM e/ou IPT, dentre o total de 354 no País.

A aplicação das CSMGMIs compreende: prevenção de desastres e gestão de riscos, visando orientar a expansão urbana, evitar a edificação em áreas suscetíveis, apoiar as análises locais e pontuais de perigo e risco e elaborar a CGAU; planejamento territorial, visando elaborar o PDM e a lei de uso e ocupação do solo (LUOS), bem como o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) regional; e licenciamento ambiental e avaliação de impactos, visando subsidiar a análise de alternativas tecnológicas e locacionais e o diagnóstico ambiental das áreas de influência em novos empreendimentos.

As possibilidades de uso da

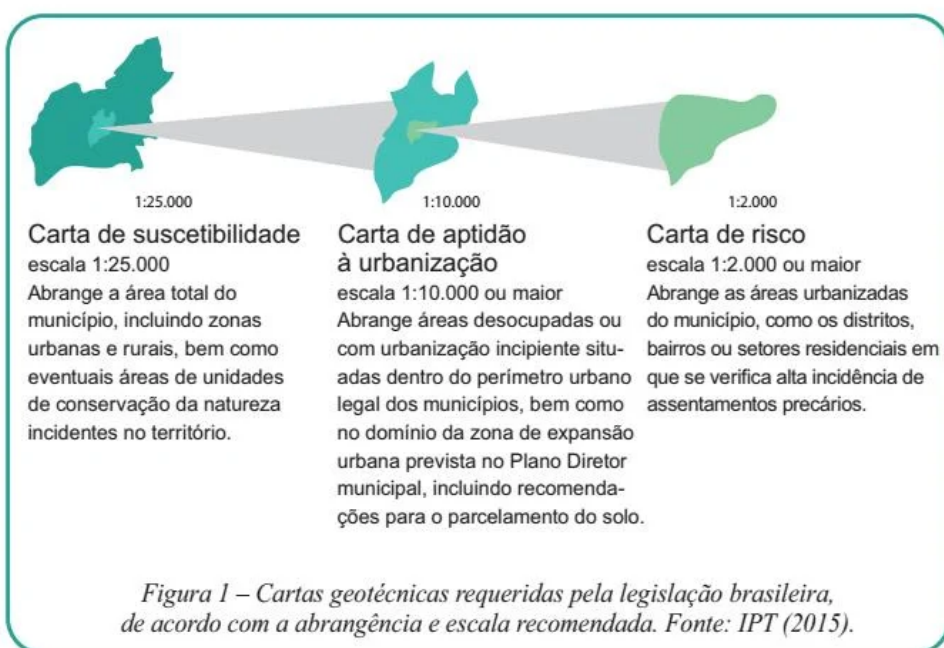


Figura 1 – Cartas geotécnicas requeridas pela legislação brasileira, de acordo com a abrangência e escala recomendada. Fonte: IPT (2015).



CSMGMI podem alcançar outras políticas públicas setoriais, conforme Ikematsu et al. (2015): nas ações de gerenciamento de recursos hídricos em nível de bacia hidrográfica, esta apontada na também na PNPDEC como unidade de análise e essencial no zoneamento de suscetibilidades a corridas de massa e processos hidrológicos; no zoneamento e plano de manejo de unidades de conservação da natureza, auxiliando na definição de normas de uso e na gestão dos recursos naturais; na seleção de áreas para disposição e processamento de resíduos sólidos; na gestão de áreas de preservação permanente (APPs), inclusive no que se refere às exceções previstas em lei (interesse social, baixo impacto ambiental e utilidade pública); e na elaboração de planos, programas e projetos municipais de conservação ambiental, considerando também as áreas úmidas.

Os resultados obtidos acerca das CSMGMIs vêm sendo incorporados integralmente às plataformas de dados oficiais do Estado de SP, para consulta e acesso público. Isso já ocorre em relação ao Portal Data-geo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA/SP), bem com na Infraestrutura de Dados Espaciais do Governo do Estado de São Paulo (IDE-SP) organizada pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA) e, ainda, nos sites da Cedec/SP e da CPRM.

Por sua vez, para as CGAUs demandadas pela PNPDEC, foram realizados, desde 2012, em nível federal, uma série de encontros técnico-científicos sob a coordenação do MCidades. Esses eventos contaram com a participação de pesquisadores de universidades federais, CPRM, IG, IPT e outras instituições públicas e privadas. Os resultados desse processo estão na base

dos procedimentos que vêm sendo adotados no País e em SP após a edição da PNPDEC, incluindo-se a definição da escala geográfica de referência (1:10.000 ou maior) e a focalização das áreas urbanas e de expansão urbana para execução da CGAU. Os procedimentos para a elaboração da CGAU frente a desastres, conforme difundida e apoiada pelo MCidades, tiveram como base o estudo de Sobreira e Souza (2013) e estão resumidos em Batista et al. (2015). Vale notar o papel de destaque das cartas de suscetibilidade nesses procedimentos, na forma de produtos intermediários e essenciais à elaboração da CGAU.

A CGAU indica as áreas mais aptas a novos projetos de parcelamento do solo. A execução de CGAUs no contexto dos trabalhos de elaboração ou revisão do PDM e da LUOS tende a facilitar sua efetiva utilização. Os resultados obtidos salientam as áreas com restrições à ocupação, razão pela qual as medidas apresentadas nas recomendações gerais e específicas ganham relevância especial, de modo a evitar a ocorrência de problemas geotécnicos e a geração de áreas de risco no futuro. Em SP, além do IPT (elaborando CGAUs com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SDECTI e seu Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios - PATEM, como nos casos de Itanhaém, Cesário Lange, Monteiro Lobato, Conchas e Praia Grande), a Universidade Federal do ABC (UFABC) também vem atuando na elaboração de CGAUs municipais, em sintonia



Figura 2 – Guia sobre as cartas geotécnicas requeridas pela legislação brasileira (IPT, 2015).

com as discussões coordenadas pelo MCidades.

Quanto às cartas de risco, disponibilizadas regularmente nos sites da Cedec/SP e da CPRM, nota-se que elas mostram um desenvolvimento relativamente mais consolidado ante as demandas da PNPDEC. Isso ocorre provavelmente em razão das atividades de fomento à elaboração desse tipo de carta terem se iniciado bem antes da edição da nova legislação. Em geral, envolvem setorização de risco e a classificação das áreas ocupadas em baixo, médio, alto ou muito alto risco (CARVALHO et al. 2007). Sua elaboração em SP tem ficado especialmente a cargo da CPRM, IG e IPT.

A Figura 2 ilustra a capa de publicação (IPT, 2015) sobre o assunto, que pode ser acessada pela internet (ver link para acesso nas Referências) e na qual podem ser obtidos detalhes para a elaboração de cartas geotécnicas municipais.

Omar Yazbek Bitar geólogo e pesquisador do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT

Estudo mostra como as cidades brasileiras se conectam

Por Wagner Martins M. da Silveira



Terminal Rodoviário Tietê, responsável pela conexão de São Paulo com centenas de cidades até de outros países

Percorrer os caminhos da cidade Inca de Machu Picchu, conhecer as misteriosas Linhas de Nazca, admirar a arquitetura colonial de Lima, saborear o tradicional ceviche. Não faltam motivos para conhecer o Peru, mas é como diz o ditado popular: o importante não é o destino, mas sim a jornada. Para aqueles que estão em busca de aventura e querem economizar com a passagem aérea, viajar do Brasil ao Peru de ônibus é uma alternativa possível. Uma vez por semana há ônibus de São Paulo com destino às cidades de Puerto Maldonado, Cuzco e Lima, com duração de aproximadamente quatro dias.

Segundo a empresa que oferece o serviço, o trajeto de São Paulo a Lima, disponível há a cerca de sete anos, contou com aproximadamente 14 mil passageiros. “Estamos acostumados a fazer grandes trechos pela América do Sul, mas nada é como fazer a viagem São Paulo até Lima. São mais de 5.500 km, uma das maiores linhas rodoviárias do mundo”, ressalta o responsável

pela empresa. Ainda, segundo ele, os passageiros que embarcam em São Paulo sempre terminam a viagem como uma grande família, apesar da diversidade e da história particular de cada indivíduo: “A maioria de nossos clientes é do Peru, mas já viajaram conosco, além de brasileiros, alemães, americanos, japoneses e sul-africanos”.

Esses são alguns dos resultados da publicação Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016, lançado em junho deste ano. Um estudo inédito sobre a rede urbana brasileira vista através das ligações por transporte de passageiros público e coletivo. A coleta de dados foi realizada nos terminais rodoviários e hidroviários, nos pontos de vendas de passagem, nas paragens de ônibus e nos locais de transporte alternativo de todos os municípios do Brasil.

A publicação mostra todos os pares de cidades conectados pelos serviços de transporte público; a frequência semanal das viagens, ponderada pelo tipo de veículo; o custo; e o tempo dos deslocamen-

tos, construindo um quadro nacional de interconexões entre os municípios, apontando os pontos mais acessíveis do território e também as localidades com acesso mais periférico ao sistema de transporte. Os dados também podem ser consultados por aplicativo criado especialmente para a pesquisa (www.ibge.gov.br/apps/ligacoes_rodoviarias).

Dimensão da Rede de Transporte

A rede urbana de transportes públicos coletivos intermunicipais do Brasil tem 65.639 pares de ligações entre 5.423 sedes municipais. São Paulo é a cidade que oferece o maior número de possibilidades de viagem, de lá é possível comprar passagem para 1.477 diferentes cidades, na sequência estão Belo Horizonte, Goiânia, Campinas e Brasília (Tabela 1). Esses números indicam que cidades com posição mais geometricamente central no território têm uma maior chance de possuir um número alto de ligações.



Tabela 1
Quantidade de municípios conectados em 2016

Posição	Município	Qtd
1	São Paulo (SP)	1477
2	Belo Horizonte (MG)	643
3	Goiânia (GO)	606
4	Campinas (SP)	596
5	Brasília (DF)	576
6	Rio de Janeiro (RJ)	470
7	Porto Alegre (RS)	438
8	Feira de Santana (BA)	437
9	Salvador (BA)	436
10	Curitiba (PR)	436
11	Anápolis (GO)	382
12	Cascavel (PR)	374
13	Ribeirão Preto (SP)	368
14	Fortaleza (CE)	359
15	Maringá (PR)	352
16	Carazinho (RS)	337
17	São José do Rio Preto (SP)	324
18	Teresina (PI)	309
19	Barreiras (BA)	301
20	Campo Grande (MS)	297
21	Vitória da Conquista (BA)	294
22	Uberlândia (MG)	287
23	Governador Valadares (MG)	286
24	Recife (PE)	283
25	Presidente Prudente (SP)	279

Fonte: BGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia

Tabela 1 - Quantidade de municípios conectados em 2016

A distribuição espacial das ligações com as maiores frequências no país reflete, em grande medida, a hierarquia da rede urbana. As metrópoles e capitais estaduais contam com um enorme poder de atração de população, evidenciada na concentração de ligações com elevada frequência (Mapa 1).

Na região Norte, as distâncias entre as sedes municipais são longas e o transporte é majoritariamente hidroviário, portanto bem mais lento, por isso, a frequência de ligações é mais esporádica e rara (227.866 saídas semanais).

A grande quantidade de transporte de curto alcance dentro do Nordeste inverte a relação demográfica com o Sudeste. Embora seja a região mais populosa, o Sudeste gera menos saídas semanais de veículos (969.396) do que o Nordeste (1.311.789). As regiões Sul e Cen-

tro-Oeste apresentam, respectivamente, 578.401 e 304.043 saídas semanais.

Os três estados que apresentam o maior número de viagens disponíveis (ida e volta) são São Paulo (467.532), Minas Gerais (397.978) e Bahia (342.730). Entre as cidades de maior hierarquia, o destaque é o arranjo populacional de São Paulo (49.725), seguido por Belo Horizonte (26.069). Em Pernambuco estão os dois pares de ligações de maior frequência no Brasil: Carpina e Paudalho (2.855 saídas semanais) e Cabo de Santo Agostinho e Escada (2.424), já que se encontram na rota de chegada e saída de diversas linhas provenientes de outras cidades do interior do estado para a capital Recife.

Mercosul, principal destino internacional

As linhas de ônibus cujo destino são cidades estrangeiras, têm nos países do Mercosul sua articulação principal, refletindo as ligações econômicas e culturais com o Brasil. Os destinos principais são Buenos Aires (Argentina), Montevideu e Punta del Este (Uruguai), Ciudad del Este, Assunção (Paraguai) e Puerto La Cruz, sugerindo que o turismo é uma das atividades principais geradoras desse movimento.

As principais ligações partem de centros de maior hierarquia e/ou capitais estaduais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Porto Alegre, Manaus e Boa Vista, em direção às capitais de outros países ou a centros de turismo. As cidades de fronteira têm um papel ape-

nas de passagem dessas linhas, sendo fraca a sua conectividade internacional.

Diferenças dos preços das passagens

Os custos mínimos mais elevados encontram-se majoritariamente no Sudeste e no Sul, com as seções de transporte confluindo para as capitais estaduais, a exemplo do arranjo populacional de Belo Horizonte (R\$ 0,26 ao minuto de custo médio) e de Florianópolis (também a R\$ 0,26 ao minuto de Custo médio), além de algumas cidades médias, como Uberlândia em Minas Gerais (R\$ 0,24 ao minuto de custo médio), Ribeirão Preto em São Paulo (R\$ 0,19 ao minuto de Custo médio) e Joinville em Santa Catarina (R\$ 0,27 ao minuto de Custo médio). O custo médio por tempo de viagem a São Paulo é de R\$ 0,22 centavos ao minuto. Sendo assim, uma viagem de duas horas até a capital paulista, custa, em média, R\$ 26,44.

Percebe-se uma concentração espacial no Nordeste das ligações cujas relações entre o preço das passagens e o tempo de deslocamento são mais acessíveis e baratas, formando uma nuvem de ligações majoritariamente de curto alcance para as capitais. As ligações mais baratas concentram nas regiões de menor renda, do contrário se inviabilizaria a mobilidade para as cidades. O município de Itapipoca (CE) tem o custo médio mais barato (R\$ 0,10 ao minuto).

Com custo de R\$ 931,26, a viagem de Fortaleza a Pelotas é a mais cara do Brasil. As viagens mais baratas do Brasil custam R\$ 1,00 e acontecem entre os municípios paraenses Baião e Mocajuba; entre as cidades piauienses Cristiano Castro e Palmeira do Piauí e entre os municípios Espírito Santo e Várzea.

Proximidade e Intermediação

São Paulo é a cidade que apresenta os maiores índices de proximidade (56,34), o índice de proximidade mede o quanto cada ponto da rede está diretamente conectado aos demais, sendo mais facilmente acessível.

A rede de transporte de passageiros envolve uma movimentação física dos veículos e pessoas, portanto a posição geométrica das cidades também influencia na sua importância, evidenciado no fato de Brasília (49,40), Campinas (49,02), e Goiânia (48,87), terem índices superiores ao do Rio de Janeiro (48,22). A distribuição dos valores mostra que as cidades do Centro-Sul do país têm, em média, uma centralidade

muito maior na rede, indicando que a localização geográfica, o peso econômico e demográfico estão correlacionados com a importância dos centros urbanos como pontos significativos do sistema de transporte. Nesse sentido, percebe-se que as capitais do Nordeste, em que pese seu tamanho, dinamismo econômico e hierarquia na rede urbana, têm seus índices de proximidade comparáveis a cidades médias do Sudeste.

O índice de intermediação mostra os pontos da rede que mais aparecem como “meio do caminho” e têm o papel de intermediar um grande número de ligações dos outros centros entre si. São Paulo aparece mais uma vez como o núcleo princi-

pal (28,31) e, novamente, a questão da posição geometricamente mais central surge como relevante, tendo Belo Horizonte (7,20), Goiânia (5,44) e Brasília (4,52) como centros com altos índices.

Regionalmente no Norte, Belém (3,03) desponta como centro intermediador principal, pois é o grande ponto de contato entre o transporte terrestre, circulando principalmente pela rodovia Belém-Brasília, e o transporte hidroviário, realizado através do Rio Amazonas.

Feira de Santana na Bahia (2,15) tem uma centralidade significativa na rede de transporte por se situar em uma confluência de rodovias, com a capital Salvador, tendo uma posição um pouco mais excêntrica.

320 municípios não têm regularidade de transporte

Estão categorizados como sem objeto de coleta 320 municípios, seja porque não há transporte público e a população se utiliza apenas de transporte particular, ou há, porém não atende aos requisitos de regularidade temporal ou espacial.

Entre os exemplos estão cidades na região Norte cujos barcos, de saída quinzenal ou mensal, não têm dia certo para saída, municípios que apenas trabalham sob o regime de “lotada”, com os veículos saindo quando há passageiros, ou ainda transportadores que não utilizam rotas fixas. Os municípios sem objeto de coleta, não significam que não há possibilidade de transporte, mas apenas que suas condições se inserem de maneira mais fraca e precária nos sistemas de transporte do país, dificultando a coleta de suas informações.



Mapa 1 - Frequência de ligações entre municípios

Wagner Martins Magalhães da Silveira é coordenador de divulgação do IBGE.

A chance contra a Hidra de Lerna

A queda de um governo alimentou esperanças de alguns, mas logo ficou evidente que os males do Brasil não haviam sido extirpados.

Pouco depois, o grande vilão do Congresso acabou preso, e outros suspeitos avançaram sobre seu espólio. Já o executivo escalado em 2015 para moralizar a Petrobrás após rapinagem faraônica revelada pela Lava Jato está detido sob acusação de ter exigido sua parte em conluio com corruptores.

A sequência interminável de escândalos transformou o desarranjo em nossa nova condição normal de temperatura e pressão. Um ceticismo coletivo plenamente justificado espalhou-se pela sociedade, que vê as serpentes se multiplicarem a cada cabeça cortada, emulando o mitológico monstro da Hidra de Lerna.

É saudável mantermos uma postura crítica permanente, para evoluirmos como nação. Mas também nos cabe fugir da descrença e da resignação, algo difícil ante a sensação de vácuo de liderança nas esferas de poder.

Denúncias, grampos e prisões parecem, no primeiro impacto, uma trama de horror a que somos obrigados a acompanhar pela imprensa. Tudo isso, porém, alerta para algo bem mais estrutural do que o futuro individual dos envolvidos.

Apesar da decomposição pública de personagens políticos relevantes, eleições gerais ocorrerão em 2018, para o bem de nosso mais longo período democrático.

Desse fato inevitável e inadiável surgem angústias: que cenário teremos montado daqui a um ano? Quais são os caminhos possíveis? A que regras o processo estará sub-



Dimas Ramalho

metido? São questões cada vez mais urgentes e de respostas menos óbvias.

O pleito que se vislumbra é uma oportunidade perfeita para iniciarmos uma reestruturação fundamentada no voto, sem sobressaltos à ordem constitucional. Cada cidadão terá a chance de alinhar valores com seus representantes ou tornar-se ele próprio um representante. O que não pode persistir é a inércia no universo político-partidário e o silêncio ensurdecedor das ruas.

Obviamente, existem saídas. Elas, no entanto, precisam ser desenhadas e construídas. Na política, por definição, não há espaço para aventuras individuais. Trata-se de uma atividade coletiva e colaborativa por essência.

E o momento talvez seja uma janela inédita para que movimentos sociais, associações e os mais diversos grupos de interesses legítimos consigam participar ativamente. A energia desses blocos de base será necessária para legitimar a inadiável reestruturação dos partidos.

O diálogo dos novos atores com o establishment sobrevivente, no



entanto, tem de ser despido de preconceitos ou melindres. Mesmo contando com a confiança firme de apenas 2% dos brasileiros - como apontou o Datafolha em junho-, os partidos são os únicos canais de representatividade que permitirão acesso à sala de controle do país.

A maior demanda atual é por propostas e, principalmente, líderes. Serão eles (e não alienígenas) os articuladores das forças necessárias para colocarmos de pé um Brasil renovado.

Para isso, precisamos de quadros que saibam fazer a boa política e que tenham disposição de representar novos valores sem demonizar instituições básicas da República.

Suas bandeiras, porém, têm de ir além do combate à corrupção, pressuposto básico que não pode ser considerado um fim em si mesmo. O Brasil já possui maturidade suficiente para desenhar, sem puritanismo ingênuo ou cínico, o projeto de nação que buscamos.

Dimas Ramalho é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP).

Senadora Marta

Presente na sede da APM, em 8 de agosto, a Senadora Marta demonstrou seu engajamento com as lutas municipalistas, recebendo representantes de 50 municípios, juntamente com o Presidente Carlos Cruz e o 1º Vice Presidente Marcelo Barbieri. Aliás, a Senadora teve participação destacada no 61º Congresso Estadual dos Municípios, neste ano, em Campos do Jordão, em painel que teve a alegria de coordenar e que contou com a presença de grandes lideranças femininas.

Mulheres na liderança

Segundo relatório da Elsevier, maior editora de literatura científica do mundo, as brasileiras são hoje as líderes mundiais em publicações científicas. No entanto, a chance da mulher ocupar um cargo de liderança é de apenas 28%, conforme o Fórum Econômico Mundial. Essas informações podem ser vistas no 7º Fórum Mulheres em Destaque, em novembro, na Fecomércio, em São Paulo e que dedicará um espaço especial para falar sobre os obstáculos que as mulheres enfrentam nas carreiras de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Para participar: www.forummulheresemdestaque.com.br

Proteste

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste) tem entre seus objetivos a defesa dos consumidores e cidadãos e contribuir para melhorar as relações de consumo na sociedade, sendo presidida por Márcio Rabelo. Maria Inês Dolci, vice-presidente do Conselho Diretor, é uma das mulheres do Brasil que servem de exemplo pelo grande trabalho realizado e pela determinação em melhorar a situação do consumidor brasileiro.

Porandubas Políticas

O estimado jornalista Gaudêncio Torquato, componente como eu, do Conselho Estratégico da Associação do Movimento Mulheres da Verdade, escreveu em seu Porandubas Políticas, de 16 de agosto, sobre a participação das Mulheres na vida pública, que nossa presença no Congresso é ainda pequena, apesar da crescente participação nas várias áreas de empreendimentos.

Dia do Vereador

Por lei federal, o Dia do Vereador é comemorado em 1º de outubro, sendo que tive a alegria de fixar essa efeméride, também por lei municipal, quando Vereadora em Mogi Mirim. Lembro que, através da lei estadual nº 13.425, de 27 de fevereiro de 2009, de autoria do Deputado Vítor Sapienza, um viaduto na estrada estadual SP-147, Km 51,4, entre Mogi Mirim e Itapira, no caminho para as estâncias hidrominerais paulistas, foi denominado de Viaduto dos Vereadores. Parabéns às Vereadoras e aos Vereadores que honram o mandato popular e valorizam os legislativos municipais.

Sônia Beolchi

A Vereadora Sônia Palma Beolchi, Presidente da Câmara Municipal de Ibirá e Conselheira da APM, tem uma trajetória de realizações, sendo destaque nos Congressos da APM, com reivindicações e propostas das mais interessantes e benéficas à população. Defende a qualidade da água, uma vez que Ibirá é uma estância hidromineral, alertando para os perigos da contaminação com agrotóxicos. Sônia está lutando para a implantação de legislação ambiental de proteção a todas as estâncias hidrominerais.

Marilene Mariotoni



CNTU

Gilda Almeida de Souza é a coordenadora do Coletivo de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários Regulamentados (CNTU), fórum que vem trabalhando na elaboração das diretrizes de uma política de gênero da CNTU a ser adotada também pelas federações e sindicatos filiados. A presença das mulheres nos sindicatos é tão antiga quanto o sindicalismo.

Médicos sem Fronteiras

A organização não-governamental e internacional Médicos sem Fronteiras, fundada na França em 1971, oferece ajuda médica e humanitária a populações em situações de emergência, contando com profissionais que precisam de colaboração de todos para minimizar o sofrimento humano. Segundo informação de Susana de Deus, diretora-geral do MSF no Brasil, a entidade atua em 70 países. Conheça seu trabalho e colabore: www.msf.org.br

Vereadoras em São Paulo

O município de São Paulo conta com a presença das Vereadoras Adriana Ramalho, Edir Sales, Janaína Lima, Juliana Cardoso, Noemi Nonato, Patrícia Bezerra, Rute Costa, Sâmia Bomfim, Sandra Tadeu e Soninha. Cada uma com suas histórias de realizações em defesa da mulher e da população paulistana.

Marilene Mariotoni é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemariotoni@uol.com.br



Agosto

Dia 01 - Bauru
Dia 01 - Piracicaba

Dia 06 - Aguaí - 128 anos



Nas últimas décadas Aguaí passou por um período de expansão urbana e significativo crescimento agrícola e industrial, graças ao trabalho administrativo de longo prazo. Em 1.992, o então prefeito Sebastião Biazzo, promulgou a Lei Municipal criando o Distrito Industrial que hoje conta com várias empresas nele instaladas. Em 02 dezembro de 1.983 Aguaí passou a contar com a instalação do Foro Distrital. Originalmente o nome do local era Cascavel, mas para sua elevação a município precisou encontrar outra nomenclatura. Fácil: Aguaí, que em tupi-guarani quer dizer guizo de cascavel. Aguaí tem hoje 35 mil habitantes.

Dia 06 – Anhumas
Dia 06 – Floreal
Dia 06 – Mesópolis
Dia 06 – Monte Alegre do Sul
Dia 06 – Pedranópolis
Dia 06 – Pirapora do Bom Jesus
Dia 06 – Pirassununga
Dia 06 – Ribeirão dos Índios
Dia 06 – Turmalina
Dia 08 – Alvinlândia

Dia 08 – Votuporanga
Dia 09 – Elisiário

Dia 09 - Socorro - 188 anos



Socorro comemora sua fundação na data em que foi rezada a primeira missa na capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em 1829, no mesmo local hoje se encontra a igreja da Padroeira que deu origem ao nome da cidade. A cidade cresceu em um braço da Serra da Mantiqueira, e faz parte do Circuito das Águas Paulista. É banhada pelo rio do Peixe, onde corredeiras e lindas cachoeiras fazem a alegria dos amantes de esportes de aventura que atraem para a cidade uma grande variedade de turistas. Além do turismo convencional e o de esportes de aventura, a Estância de Socorro tem por base econômica a agricultura e centenas de micro empresas de malharia. Os preços baixos e a constante renovação das malhas, o clima ameno, o ar puro, as águas medicinais, os recantos de beleza natural, seus hotéis, pousadas e centros de lazer atraem, a cada dia, mais turistas para a cidade. Socorro tem 38 mil habitantes.

Dia 13 – Natividade da Serra
Dia 14 – Apiaí
Dia 15 – Jaú
Dia 15 – Paraíso

Dia 10 - Castilho - 64 anos



Castilho recebeu status de município em 30 de dezembro de 1953, com território desmembrado do município de Andradina. Em 1934, Armel de Miranda conseguiu através da família Ferreira Brito, a doação de um terreno para formar o patrimônio. Outros povoadores aí se fixaram abrindo pequenas lavouras. Nessa época, chegou à povoação, então conhecida por Vila Cauê, o engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil Alfredo Castilho, chefe dos trabalhadores que implantavam a ferrovia na região, ligando os Estados de São Paulo e Mato Grosso, cortando o rio Paraná. Em 1944, a povoação passou a denominar-se Castilho, que tem hoje 22 mil habitantes.

Dia 11 - Pereira Barreto - 89 anos



Pereira Barreto é um dos 67 municípios paulistas considerados estâncias turísticas do Estado de São Paulo e conta com o segundo maior canal artificial do mundo, com 9.600 m de comprimento, interligando os reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos, propiciando a operação energética integrada dos dois aproveitamentos hidrelétricos. O Canal interliga duas Bacias hidrográficas, a do Rio Tietê e a do Rio Paraná, através do Rio São José dos Dourados. É o primeiro Canal da América do Sul com características hidroviárias, sendo uma via navegável até a cidade de Simão - MG. Pereira Barreto tem 26 mil habitantes.

Dia 11 - Tatuí - 191 anos



A origem da palavra Tatuí vem do Tupi-Guarany e significa “Água do Rio do Tatu”. Passou por diversas grafias diferentes, Tatuuvú, Tatuhú, Tatuhibi, Tatuý, Tatuhy, até chegar à forma atual.

Em busca de tesouros, os bandeirantes expulsaram os indígenas que mantinham suas tribos no encontro entre os rios Sorocaba e Tatuuvú (hoje bairro da Barreira), local onde havia o cemitério dos primeiros habitantes da região. Na data de 20 de setembro de 1861, Tatuí elevou-se a categoria de cidade. Em 26 de outubro de 1877 foi instalada a sua Comarca. Dez anos depois, Tatuí seria uma das primeiras cidades do Brasil a libertar seus escravos mesmo antes da Lei Áurea. Tatuí tem cerca de 110 mil habitantes.

Dia 12 - Cananéia - 486 anos



O início do povoado original é de 1502, data do desembarque de um homem ilustre da alta cultura européia, o Bacharel de Cananéia. Era Mestre Cosme Fernandes, bacharel português, judeu convertido (cristão novo) desterrado e deixado em Cananéia, tornando-se o primeiro europeu a se estabelecer no Brasil. Acredita-se que a sentença tenha sido cumprida pela expedição comandada por Gonçalo Coelho, tendo como cartógrafo o florentino Amerigo Vespucci, que se tornou conhecido na História do Brasil como Américo Vespúcio. Essa expedição saiu de Portugal em 1501 visando reivindicar e demarcar as terras recém descobertas para a coroa portuguesa. Cananeia tem 13 mil habitantes.



Dia 16 - Santa Gertrudes - 69 anos

Santa Gertrudes e cidades próximas formam o maior pólo cerâmico das Américas, com maior região de cerâmicas do Brasil. De acordo com a Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (Aspacer), são 48 indústrias, responsáveis por 13 mil empregos diretos e 195 mil indiretos. A cidade teve sua origem na gleba de terra denominada Laranja Azeda que pertenceu à sesmaria do Morro Azul e que foi adquirida em 18 de junho de 1821 pelo brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e sua esposa Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda. O município tem 28 mil habitantes.



Dia 16 - São Bento do Sapucaí - 185 anos

A história de São Bento do Sapucaí, remonta ao tempo do bandeirantismo, quando os paulistas de Taubaté galgavam a Serra da Mantiqueira e, pelo caminho velho do sertão, seguindo o curso do Rio Sapucaí, alcançavam as regiões auríferas das Minas Gerais. O nome da cidade e do município está ligado ao Rio Sapucaí, que, na linguagem indígena, significa “rio que grita”. Logo foi escolhido o santo padroeiro do município, São Bento, fundador da ordem dos Beneditinos, em franca expansão no Brasil na época da fundação da cidade. Há também a versão tradicional e popular que diz ter sido São Bento, o santo escolhido como padroeiro do lugar em virtude da proliferação de cobras venenosas na região, por sugestão dos escravos e colonos. A cidade tem hoje 11 mil habitantes.

Dia 15 – Pedregulho
Dia 15 – Pontalinda
Dia 15 – Sorocaba
Dia 16 – São Roque
Dia 16 – Taquaritinga
Dia 16 – Taquarituba
Dia 18 – Cajuru
Dia 18 – Guarani D' oeste
Dia 20 – Rincão
Dia 20 – São Bernardo do Campo
Dia 20 – Tambaú
Dia 22 – Araraquara
Dia 22 – Brodowski
Dia 22 – Taquaral
Dia 24 – Buritama
Dia 24 – Rubiácea



Dia 22 - Inúbia Paulista - 57 anos

Por volta dos anos de 1940, com a coragem das famílias dos senhores Kana Uejo, Assanu Tanabe, Sedo Otani e Kenji Muramatsu, que enfrentaram todos os adversos da época, deu-se início a colonização da região, onde mais tarde se ergueria um povoado, com a denominação de IBIRAPUERA. A colonização de Inúbia teve participação efetiva dos imigrantes japoneses, além de italianos, portugueses e espanhóis. O nome Inúbia, de origem tupi, Nhumni'a – nhomby'a designa uma espécie de trombeta, geralmente feita de cabaça, instrumento que era usado pelos índios em seus combates e festejos. Inúbia tem cerca de 4 mil habitantes.

Dia 25 – Redenção da Serra
Dia 27 – Itobi
Dia 28 – Itararé
Dia 28 – Tupi Paulista
Dia 29 – Leme
Dia 30 – Itaí



Cidade festeira por natureza, Barretos ainda guarda muitos traços de sua cultura caipira, sertaneja e interiorana. A própria fala do Barretense traz um sotaque caboclo, que acabou invadindo a urbanidade aparente. Tradições presentes nas folias de Reis, grupo folclórico, músicas típicas, comida feita no fogão de lenha. Uma terra onde a tradição anda de braços dados com a vanguarda. Atualmente Barretos é conhecido internacionalmente por sediar a Festa do Peão de Boiadeiro e tem cerca de 110 mil habitantes.



Um italiano nascido em 16 de setembro de 1869 em Roverbella, província de Mantua, ficou interessado nas plantações de café do Brasil e resolveu vir conhecer. Este imigrante era Luigi Bassoli, chamado de “Luiz Bassoli”, assim começa a história do município. Conheceu Armelinda Begnardi, e em 4 de maio de 1901 casou-se com ela. Juntos fundaram a Colônia Seca, onde havia um armazém de secos, molhados e tecidos. Aos domingos e dias santificados aproveitava-se para se fazer as compras necessárias e, como entretenimento, havia um campo de bocha e os tradicionais jogos de carta da época. Colônia Seca transformou-se no povoado, onde se encontra a cidade hoje. Vista Alegre do Alto tem aproximadamente 8.500 habitantes.



A partir de 1890, quando os primeiros fazendeiros de café se instalaram na região, um núcleo populacional começou a se formar. Por volta de 1894, iniciou-se a construção da capela e a primeira missa foi celebrada. O número cada vez maior de colonos que chegavam para cultivar suas terras e o estabelecimento de casas de comércio e indústrias impulsionaram o desenvolvimento da região. A prova maior do interesse que a região despertava foi a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquara em fins de 1889, um dos principais fatores de desenvolvimento do município. Matão tem 82 mil habitantes.



O povoamento da região banhada pelo Ribeirão São João e Córrego do Pascoal, iniciou-se em meados do século XIX, quando aí chegaram algumas famílias provenientes de Minas Gerais. Por volta de 1875, um dos moradores do Bairro dos Mineiros - como ficou conhecido - doou uma parte de suas terras para constituição de um patrimônio, e ergueu uma capela em louvor de Santa Cruz, em torno da qual foram construídas casas entre elas. Nascia aí Mineiros do Tietê, que tem uma lenda, a do Unhudo da Pedra Branca. Segundo a lenda, seria um ser semelhante a um homem, com enormes unhas, barba comprida, peludo e muito feio. Este, supostamente atacaria as pessoas que iriam apanhar jabuticabas do mato no Morro da Pedra Branca na zona rural, no bairro do “Baixão da Serra,” próximo ao Rio Tietê. Mineiros do Tietê tem cerca de 13 mil habitantes.



Setembro

Dia 01 - Mogi das Cruzes
Dia 02 - Presidente Venceslau
Dia 03 - Ilhabela
Dia 04 - Santa Rosa de Viterbo



Dia 06 - Boituva - 80 anos

Boituva era habitada antes do período da evolução progressista alcançada no século XIX, por indígenas da tribo Guaianazes nos arredores de Porto Feliz e pelos índios Carijós por Sorocaba. Os índios chamavam o lugar de M-Boituva, que na língua Tupi Guarani significa "muitas cobras". O local é lindo, com belas colinas e de clima agradável. Cultivavam-se tubérculo, milho e algodão e suas colinas não concentravam muitos indígenas devido ao grande número de serpentes que viviam nas proximidades. Neste local nasceu Boituva, que conta hoje com 56 mil habitantes.

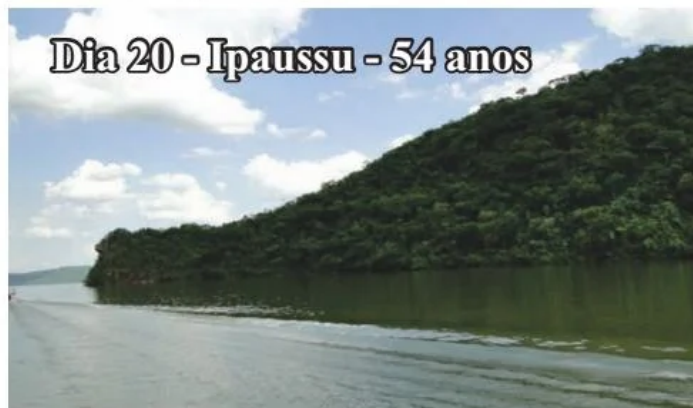
Dia 06 - Ribeirão Branco
Dia 08 - Buritizal
Dia 08 - Descalvado
Dia 08 - Embaúba
Dia 08 - Itaquaquecetuba
Dia 08 - Mirassol
Dia 08 - Nipoã
Dia 09 - Nuporanga
Dia 10 - Sud Mennucci
Dia 11 - Itapuí
Dia 11 - Marabá Paulista
Dia 12 - Jaguariúna
Dia 14 - Presidente Prudente
Dia 15 - Avaré
Dia 15 - Euclides da Cunha Paulista
Dia 15 - General Salgado



Dia 15 - Guará - 48 anos

O município de Guará teve origem precisamente em 1750, quando procedentes de Ventania e Jacuí, Estado de Minas Gerais, chegaram ao atual município os irmãos Joaquim, Manoel e Jerônimo Alves Figueiredo que se estabeleceram à margem de um córrego que eles chamaram de "Laje", construindo aí suas rústicas habitações. Anos depois, chegava a ferrovia. Perto da Estação Ferroviária da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que estava sendo construída, havia uma lagoa com grande quantidade de aves pernaltas de plumagens brancas e um bando de lobos denominados pelo mesmo nome: Guará, que hoje tem cerca de 33 mil habitantes.

Dia 15 - Limeira
Dia 16 - Paranapuã
Dia 17 - Pompéia
Dia 19 - Guararema



Dia 20 - Ipaussu - 54 anos

A chegada da Sorocabana no ano de 1908 à Ilha Grande do Paranapanema foi muito importante à prosperidade da vila, e o dinamismo do local experimentou uma nova dinâmica em seu modo de vida. Para se fazer uma idéia da Ipaussu, daquela época, basta dizer que na fase inicial havia única e tão somente com 4 fazendas. E assim o povoado foi crescendo e se transformou em uma cidade que tem hoje 16 mil habitantes.

Dia 20 - Itapeva - 247 anos



Nos marcos de sua formação colonial, a cidade de Itapeva surgiu no início do século XVIII como um bairro rural do município de Sorocaba. Localizado na Vila Velha, bairro hoje pertencente ao vizinho município de Taquarivai, o povoamento da Vila de Facchina teve início com a instalação de um pouso de tropeiros. Oficialmente, em 1769 o município foi fundado por Antônio Furquim Pedroso. Itapeva tem 92 mil habitantes.

Dia 21 – Guariba

Dia 21 – Pedrinhas Paulista

Dia 23 - Serra Negra - 189 anos



Serra Negra foi fundada em 23 de setembro de 1828 por Lourenço Franco de Oliveira. A fundação remete-se à data em que a pequena capela construída nas terras de Lourenço Franco de Oliveira (local do atual bairro das Três Barras) recebeu a concessão de Capela Curada (termo que institui um paróquia) pelo bispo Dom Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, de Mogi Mirim. Em 12 de março de 1841 a capela, pertencente à região de Mogi-Mirim, foi elevada à categoria de Freguesia (povoação sob aspecto eclesiástico). A cidade tem cerca de 30 mil habitantes.

Dia 24 – Santa Mercedes

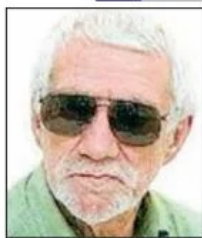
Dia 26 - Vargem Grande do Sul - 143 anos



A maior parte da população de Vargem Grande do Sul é composta por descendentes de imigrantes, principalmente vindos da Itália. Ainda hoje, a maior parte dos sobrenomes verificados no município são italianos. É crescente o número de afro descendentes miscigenados. No começo do século XX, algumas dessas famílias fundaram a “Societá de Mutuo Soccorso”, onde os imigrantes e seus descendentes ajudavam-se mutuamente e, dentre outras coisas, ofereciam serviços médicos gratuitos e caixões funerários a associados. Os moradores de Vargem Grande do Sul ainda hoje se encontram em jantares e bailes no clube, atualmente sob o nome de “Sociedade Beneficente Brasileira”. A cidade tem 42 mil habitantes.

ICMS no celular

- Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
- Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
- Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
- Repasse do Governo aos Municípios



Quem lembra deste almanaque?

Houve época em que, ao prestar vestibular, o estudante era submetido à sabatina oral. Assim, certa moça do Rio de Janeiro, nos anos 50, se viu diante do professor na tentativa de entrar para a Faculdade de Medicina. De repente, prova de Biologia, o mestre olha nos olhos dela e lança a pergunta, como um dardo:

— Então diga-me lá, mocinha, formiga faz xixi?

Espantada, a guria, instintivamente, coçou a cabeça. Depois prendeu o lábio inferior entre o indicador e o polegar da mão direita como se, dali, pudesse sacar a resposta. Por fim, suspirou um tímido “pra lhe falar a verdade, não faço a menor ideia se este inseto da família Formicidae, ordem dos Hymenopteros, verte água”.

O mestre deu um sorriso de canto de boca e, sem dó nem piedade, reprovou a aluna. Que, soube-se depois, prestou novo vestibular no ano seguinte, passou, acabando por se tornar uma das grandes médicas cariocas.

Na verdade, esta historinha, real, pode conduzir a muitos caminhos. A mim, por exemplo, levou à recordar o Almanaque do Biotônico Fontoura, extraordinária publicação que durou de 1920 a 1985. E na qual as pessoas encontravam um verdadeiro universo de pequenas informações. Que, talvez, poderiam ter levado a vestibulanda a responder com segurança se as formigas urinam ou não.

Para quem, nos anos 40, morava nos rincões do Brasil, e não só os remotos do Norte e Nordeste, mas até no chamado Sul Maravilha, a chegada do Almanaque, distribuído em farmácias, era um acontecimento. E nem poderia ser de outro jeito, pois a publicação foi bolada por Monteiro Lobato, um dos grandes

escritores brasileiros, com o apoio do seu amigo farmacêutico Cândido Fontoura, que abraçou e financiou a ideia. Tratava-se de publicaçãozinha mais ou menos do tamanho de um livro, com não mais de 40 ou 50 páginas. Basicamente trazia informações de curiosidades, horóscopo, dias bons para a pesca (de acordo com a fase da lua) e até histórias em quadrinhos. Nestas, o grande personagem era o Jeca Tatuzinho, inspirado na criação lobatiana do Jeca Tatu. Os enredos, muito bem desenhados, tinham o cunho educativo voltado para a saúde, ao divulgar meios e modos dos moradores do interior se verem livres das verminoses. Naturalmente que também anunciavam os remédios contra lombrigas fabricados pelo mesmo laboratório que colocava nas prateleiras o Biotônico Fontoura.

Imagino que, na história da propaganda brasileira, o Almanaque tenha sido fenômeno até hoje não igualado. Basta lembrar que, ao ser lançado, veio com tiragem de quase 3 milhões de exemplares. E o que cristaliza ainda mais a faceta de fenômeno é que, ao desaparecer o fantástico informativo, em meados dos 80, a tiragem andava pelos 100 milhões. Como conseguiram matar algo com uma penetração dessas?

Nas páginas do Almanaque, que chegava ao meu chão da infância, Mocajuba, no âmago da Amazônia profunda, nos navios, aprendi muita coisa. Como lá não havia farmácia, quem distribuía era o dono do único armazém onde o xarope e os remédios para vermes do Laboratório Fontoura eram vendidos. Na porta do comerciante, Seu Romão, formava-se fila dos que desejavam ganhar a revistinha. Festa pura.

Em anos mais recentes li, em



algum lugar, que um longo arrazoado de professor que fazia doutorado e mestrado em Comunicação, tinha o famoso Almanaque como tema. O que, naturalmente, enriqueceu ainda mais minhas lembranças daquilo que aprendi nas sábias pequenas páginas. Distância da terra à lua? Claro, lá recebi a informação de quantos quilômetros separam o satélite da terra. Número de mares no globo terrestre? Aprendia-se direitinho quantos eram, com nomes etc. Quantos anos vive uma sequoia? Pois é, primeiro sacava-se algo sobre a fantástica árvore, onde crescia etc. Depois, o tempo que durava. Assim, os conhecimentos trafegavam pela ictiologia, botânica, matemática, biologia, geografia, história e muito mais. Um verdadeiro google embrionário contido numa revistinha.

Agora, voltando à história da vestibulanda do começo desta crônica, certamente ela não era leitora do Almanaque do Biotônico Fontoura. Dúvidas, todavia, me atacam neste exato momento. Pois fui leitor voraz da publicaçãozinha. E, até hoje, com toda humilde sinceridade, confesso que não sei se formiga faz xixi. Faz? Quem souber, me informe. Cartas para a redação.



MUNICIPALISTAS VENHAM!



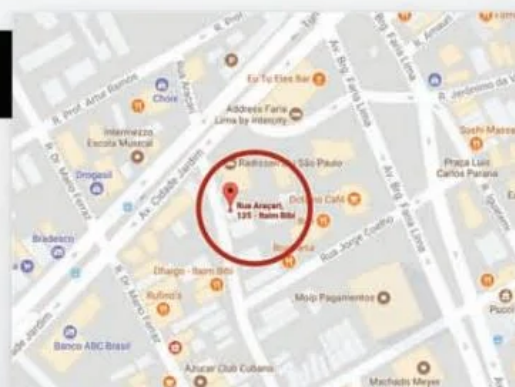
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

A Associação Paulista de Municípios está de Casa nova.
Prefeitos(as), vice-prefeitos(as), vereadores(as) e gestores(as) municipais são bem-vindos
para conhecer e usufruir a nova sede da APM.
Em breve informaremos a data da solenidade de inauguração.

Contamos com a presença de todos!

NOVO ENDEREÇO:

Rua Araçari, 125 - Itaim Bibi - São Paulo - SP
Cep: 01453-020
O telefone não muda: (11) 2165-9999



Agradecimento aos parceiros que possibilitaram o novo espaço:



CASACOR



PATRÍCIA HAGOBIAN
ARQUITETURA E INTERIORES

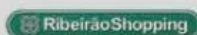
www.apaulista.org.br - apaulista@apaulista.org.br



PROMOÇÃO



APOIO



PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO



5 a 8 de dezembro de 2017

CENTRO DE EVENTOS RIBEIRÃO SHOPPING

— RIBEIRÃO PRETO - SP

15^o CBTIM

CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS

" INTEGRAÇÃO DIGITAL: MUNICÍPIO INTELIGENTE "

A Tecnologia da Informação, a Infraestrutura e Logística como fatores de Desenvolvimento.



**DIÁLOGO
MUNICIPALISTA**

2017 V Edição

MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO MUNICIPAL

INFORMAÇÕES:

www.apaulista.org.br apaulista@apaulista.org.br

Fone: (11) 2165.9999

COMERCIALIZAÇÃO - CEAME

www.ceame.com.br ceame@ceame.com.br

Fone: (11) 3063-5775